

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS AFRICANOS E
AFROBRASILEIROS

GABRIEL DIAS

O GENOCÍDO ESQUECIDO?

Invasão belga na África e o ensino de História

São Luís
2023

GABRIEL DIAS

O GENOCÍDO ESQUECIDO?

Invasão belga na África e o Ensino de História

Monografia defendida como Trabalho de conclusão de curso na Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro- brasileiros da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Estudos Africanos e Afro- Brasileiros.

Orientador: Prof. Dr. Rosenverck Estrela Santos

São Luís
2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Dias, Gabriel.

O GENOCÍDIO ESQUECIDO? : Invasão belga na África e o
Ensino de História / Gabriel Dias. - 2023.
64 f.

Orientador(a): Rosenverck Estrela Santos.
Monografia (Graduação) - Curso de Estudos Africanos e
Afro-brasileiros, Universidade Federal do Maranhão, São
Luís, 2023.

1. África. 2. Congo. 3. Educação. 4. Escravidão. 5.
Leopoldo II. I. Estrela Santos, Rosenverck. II. Título.

GABRIEL DIAS

O GENOCÍDO ESQUECIDO?

Invasão belga na África e o Ensino de História

Monografia defendida como Trabalho de conclusão de curso na Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro- brasileiros da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Estudos Africanos e Afro- Brasileiros.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rosenverck Estrela Santos (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Marcelo Pagliosa
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Ma. Claudimar Alves Durans
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTO

Gostaria de expressar meus profundos agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram para a realização desta monografia. Seus apoios e incentivos foram fundamentais para a conclusão dessa etapa na minha vida. Em primeiro lugar, quero agradecer à minha querida Telma da Conceição Dias, pela dedicação incansável e pelo constante apoio ao longo dessa jornada o seu nome estará nesse trabalho em respeito a mãe maravilhosa que a senhora é. Sempre me ajudando de tantas formas que eu não conseguiria descrever, desde a concepção do tema até a conclusão final. Sem você, essa conquista não seria possível.

Agradeço também ao meu tio Adalto e a minha adorável avó Maria que não estão em nosso plano terreno e dizer que nossa família conseguiu chegar a universidade, essa conquista é nossa. Os seus conhecimentos e experiências que aprendi durante minha infância me enriqueceu neste estudo. Agradeço em especial a três gatinhos encantadores: Sol, Pricilão e Bubu que brincavam pela casa enquanto eu estudava, ou vinham se sentar no teclado do notebook, as risadas que provocavam, ajudava muito.

Suas travessuras e afeto me proporcionaram momentos de alegria e descontração durante esse período de intensa dedicação. Sua presença me lembrou da importância de encontrar equilíbrio e felicidade em meio aos estudos. Aos amigos e amigas que fiz nessa jornada minha gratidão é eterna assim como nossa conexão. Sem o apoio e troca de experiências esta monografia não seria uma realidade e a meus professores digo sem nenhuma hesitação, vocês mudaram minha vida.

RESUMO

O presente trabalho, referenciado em revisão bibliográfica, tem a proposta analisar o Congo durante o século XIX que foi palco de um dos episódios mais sombrios da história colonial, sob o domínio pessoal do rei Leopoldo II da Bélgica milhões de congoleses foram escravizados, torturados e morreram para o enriquecimento íncrito de um monarca e a importância de compreender um esse período tão marcante na sala de aulas a partir de diversas obras o fantasma do rei Leopoldo de Adam Hoshchil que retratou a realidade cruel da época, Contudo para compreendermos a extrema pobreza atual desse país e ondas de violência, é necessária uma análise dos processos históricos coloniais e imperialistas, no caso de nosso estudo, principalmente, a partir da Conferência de Berlim que em 1885 reuniu as principais nações europeias a fim de dividir a África, fatiando o território de acordo com seus interesses econômicos. A relação do Congo com o Brasil é histórica e possui muitos laços culturais, ambos os territórios tiveram seu primeiro contato com a Europa, através dos portugueses que na época buscavam ampliar seu território afim de aumentar suas riquezas, O sistema educacional pode atuar sobre diversas perspectivas, uma delas é como um aparato de controle, perpetuando a discriminação cultural e reforçando o domínio de grupos dominantes sobre outros. Isso pode acontecer quando o currículo escolar é baseado em modelos estrangeiros que não levam em conta a diversidade cultural e étnica do país e ignoram ou marginalizam a história e a cultura de alguns grupos, como afro-brasileiros, indígenas e outras minorias. A falta de diversidade nos departamentos educacionais e a falta de políticas inclusivas na escola contribuem para perpetuar a discriminação e o preconceito. Concluímos não devemos esquecer que o estudo desses eventos também tem um papel crucial na promoção dos direitos humanos e na luta contra a impunidade. Ao conhecer as atrocidades cometidas por Leopoldo II, podemos fortalecer nossa capacidade de denunciar abusos contemporâneos e nos solidarizar com vítimas de violações dos direitos humanos ao redor do mundo.

Palavras-chave: Congo, Leopoldo II, África, Escravidão, Educação, Brasil Direitos Humanos.

ABSTRACT

The present work, referenced in a bibliographical review, has the proposal to analyze the Congo during the 19th century, which was the scene of one of the darkest episodes of colonial history, under the personal domain of King Leopold II of Belgium, millions of Congolese were enslaved, tortured and died for the unprecedented enrichment of a monarch and the importance of understanding such a remarkable period in the classroom from several works the ghost of King Leopold by Adam Hirsch who portrayed the cruel reality of the time, However to understand Considering the current extreme poverty of that country and waves of violence, an analysis of colonial and imperialist historical processes is necessary, in the case of our study, mainly from the Berlin Conference that in 1885 brought together the main European nations in order to divide Africa, slicing the territory according to their economic interests. Congo's relationship with Brazil is historic and has many cultural ties, both territories had their first contact with Europe, through the Portuguese who at the time sought to expand their territory in order to increase their wealth. This can happen when the school curriculum is based on foreign models that do not take into account the country's cultural and ethnic diversity and ignore or marginalize the history and culture of some groups, such as Afro-Brazilians, indigenous peoples and other minorities. The lack of diversity in educational departments and the lack of inclusive policies at school contribute to perpetuating discrimination and prejudice. Concluding We must not forget that the study of these events also plays a crucial role in promoting human rights and in the fight against impunity. By learning about the atrocities committed by Leopold II, we can strengthen our ability to denounce contemporary abuses and stand in solidarity with victims of human rights violations around the world.

Keywords: Congo, Leopoldo II, Africa, Slavery, Education, Brazil Human Rights.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A INVASÃO BELGA NO CONGO: o genocídio esquecido?	15
2.1	A Bélgica e a violência da colonização africana no Congo	16
2.2	Congo, atrocidade como meio de dominação	27
3	A FORMAÇÃO DO BRASIL E O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA: por que o genocídio Congo não é estudado?.....	38
3.1	educação eurocêntrica, formação docente e história da África	38
4	O GENOCÍDIO DO CONGO E O ESQUECIMENTO DA HISTÓRIA AFRICANA: razões e impactos em nossa educação.....	43
4.1	Congo: uma história que faz parte de nossa formação e deve fazer parte de nossa educação	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

Em uma das aulas de História, no meu primeiro ano do curso, debatíamos sobre como ocorreu a abolição da escravidão, e então pela primeira vez, escutei de uma professora que esse processo ocorreu em meio a quase uma guerra civil no Brasil e diversas revoltas surgiam onde os escravizados fugiam das fazendas com ajuda crescente da população e abolicionistas, as tropas não davam conta de atender tantas solicitações de ajuda dos fazendeiros, além da Coroa Portuguesa sofrer pressão internacional naquele período para libertar os escravos ao ponto de sermos um dos últimos países a assinar a abolição da escravidão.

Mas o que de fato chamou minha atenção foi quando a professora falava que a história que estudávamos na escola era selecionada, que diversos fatos eram ocultados para favorecer determinados pontos de vista, como criar o mito para a população brasileira nas décadas seguintes onde a Princesa Isabel foi benevolente com os negros escravizados e os defendeu ao ponto de assinar a abolição em 13 de maio de 1888.

Essa informação ficou guardada na minha mente e fiquei me perguntando que outras eu teria aprendido na escola e não seriam precisas como de fato ocorreu e que tantas outras foram deixadas de serem ensinadas ao longo de toda minha educação básica, assim em uma outra ocasião em sala aula, um dos textos que estávamos estudando continham uma referência ao livro “O fantasma do rei Leopoldo”. O título me chamou atenção, quando fui pesquisar fiquei paralisado pois na barra de pesquisa apareceu fotos de africanos (hoje sei que eram congoleses) mutilados, sem suas mãos, braços ou com o nariz cortado, em uma outra imagem mostrava um homem, sentado olhando parte de sua filha pequena cortadas diante dele, as imagens foram muito impactantes.

Quando compreendi sobre o que o livro tratava (inclusive serve como uma das referências desde monografia), não pude ignorar a riqueza de informações sobre o processo de colonização do Congo e a rotina de atividades do colonizador e os maus tratos sofridos pelos escravizados aliado a uma extrema rotina de trabalho, a descrição das torturas e o volume de mortos fez questionar o porquê dessas informações tão importante para um país como o nosso, que foi escravizado por séculos, ser ignorado nas unidades de ensino educacionais, com isso resolvi aprofundar meus estudos, que resultou nesse trabalho acadêmico.

Durante o século XIX, a África vivenciou um período de intensa colonização por parte das potências europeias. Esse processo deixou um legado profundo na história do continente e influenciou diretamente a estrutura política, social e econômica da África contemporânea e um dos inúmeros territórios explorados foi o Congo. O autor Adam Hochschild (1998), oferece uma perspectiva realista do processo de colonização e aprofundada sobre o período da invasão belga e as atrocidades cometidas durante o domínio colonial no Congo. Em seu livro "O Fantasma do Rei Leopoldo" Hochschild examina a exploração desenfreada dos recursos naturais, o trabalho forçado e as graves violações dos direitos humanos até para os padrões da época, contribuindo para uma reflexão sobre as implicações desse período histórico no Congo e suas conexões com outros países, como o Brasil, pois o estudo da colonização europeia na África do século XIX permite analisar as dinâmicas de poder, a exploração dos recursos naturais e humanos, além dos impactos socioculturais gerados pela presença colonial.

A partir das minhas inquietações, da obra supramencionada e de tantas outras fontes pesquisadas, temos a oportunidade de questionar uma série de informações e referências equivocadas, que são difundidas, ao longo dos últimos séculos, mascarando e distorcendo todo o continente africano, assim como os seus povos, subtraindo todo o conhecimento produzido por ele historicamente. Atualmente é necessário a discursão pelo combate ao racismo e práticas discriminatórias, assim como pelo diálogo comum em sociedade, considerando traços tão profundos que ainda permanecem estabelecidos que se originaram com a África pelos interesses dos europeus.

Este trabalho buscar contextualizar os processos de colonização congoleza desde a campanha de Leopoldo II e principalmente as práticas exploratórias desumanas e violentas no Congo. Destacando que o Congo foi explorado impiedosamente, com o objetivo de extrair riquezas como o marfim e a borracha, em benefício pessoal do monarca belga, com violência generalizada e trabalho forçado, que resultaram na perda de milhões de vidas e mesmo assim é um assunto ausente das salas e aula e do debate escolar.

Os questionamentos que serão alvo de reflexão neste estudo, têm impulso no Brasil, a parti da Lei 10.639/2003, que no contexto brasileiro, representa um marco importante para a promoção da igualdade racial e o reconhecimento da diversidade étnico-racial no país. Essa legislação estabelece a obrigatoriedade do ensino da

História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, com o objetivo de combater o racismo, valorizar a cultura afrodescendente e contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

De acordo com a pesquisadora Maria Aparecida Silva Bento em seu livro "Ações Afirmativas no Brasil: Cotistas e não Cotistas Frente à Democracia Racial" (2002), a Lei 10.639/2003 representa um avanço na luta contra o racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Ao incluir o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, a lei busca desconstruir estereótipos e preconceitos, promovendo o respeito e a valorização das contribuições históricas e culturais dos afrodescendentes.

É importante reconhecer que o Holocausto judeu – que é bastante estudado em nas salas de aula – possui grande atenção e extensos estudos históricos, sendo amplamente conhecido e discutido em diversos âmbitos escolares e sociais. No entanto, é igualmente relevante destacar que as atrocidades cometidas por Leopoldo II no Congo, durante o seu domínio colonial no século XIX, é pouco ou nada conhecido, principalmente quando comparamos com o holocausto judeu.

O esquecimento da história africana, em detrimento da história europeia e, neste caso, da história dos judeus, faz com que pensemos a importância do ensino de história e da Lei 10.639/2003 para que os alunos da educação básica possam conhecer e se apropriar da história de África. No caso do nosso estudo, um território fundamental, inclusive, para a nossa formação étnico-racial e civilizacional, pois o Congo foi um dos principais territórios onde foram trazidos escravizados para o Brasil. Conhecer, portanto, a história do Congo, e uma de suas facetas mais cruéis, é fundamental na formação humana, antirracista e intelectual dos estudantes da educação básica.

Convém destacar que o historiador Timothy Snyder, em sua obra "Terra Negra: O Holocausto como História e Advertência " (2015), analisa a memória do Holocausto e destaca a importância de examinar outras formas de violência em massa e genocídio para uma compreensão mais completa da história e das responsabilidades humanas. Nesse sentido, a relevância de estudar as atrocidades cometidas por Leopoldo II no Congo é ressaltada, a fim de ampliar nosso conhecimento sobre a história global e evitar a perpetuação de injustiças e violências similares.

Embora o Holocausto judeu seja amplamente estudado, é necessário reconhecer a importância de explorar e compreender também as atrocidades cometidas por Leopoldo II no Congo. As obras de Adam Hochschild e Timothy Snyder que fornecem perspectivas acadêmicas valiosas que nos incentivam a ampliar nossa compreensão da história e a valorizar a necessidade de abordar eventos históricos menos conhecidos para uma análise completa e informada do passado

Vivemos atualmente um período de intensa discussão e conscientização sobre genocídio, especialmente no que diz respeito às violências históricas e contemporâneas enfrentadas pelos povos indígenas ao redor do mundo. Essa discussão tem sido impulsionada por pesquisas acadêmicas e por movimentos sociais que buscam reconhecer e confrontar as atrocidades cometidas contra essas comunidades ao longo dos séculos. Segundo o antropólogo David Maybury em seu livro "Millennium" (1992), os povos indígenas têm sido alvo de genocídio ao longo da história, resultando na perda de vidas, territórios e culturas. Desde a colonização, muitas sociedades indígenas foram dizimadas por meio de violência direta, doenças introduzidas, remoção forçada de terras e políticas de assimilação cultural.

No que diz respeito ao continente africano, o historiador Mahmood Mamdani, em seu livro "Quando vítimas se tornam assassinos: colonialismo, nativismo e o genocídio em Ruanda" (2001), discute a relação entre colonialismo e genocídio. Ele argumenta que a violência contra os povos negros, especialmente durante o período colonial, foi uma forma de genocídio cultural e físico. O autor destaca como a subjugação e a exploração sistemáticas resultaram em um processo de desumanização e aniquilação dos povos africanos. Em nosso contexto atual, tem ocorrido intensos e crescentes estudos sobre a violência aplicadas durante a colonização que tem desempenhado um papel fundamental na conscientização e no enfrentamento das violências raciais contra os negros.

Esta monografia procura refletir sobre as ausências na abordagem adequada do ensino de História da África nas instituições educacionais, com uma ênfase na invasão belga no Congo, por Leopoldo II. O objetivo é investigar as razões pelas quais essa parte importante da história é frequentemente negligenciada, e as consequências disso para a compreensão dos estudantes sobre os eventos históricos que ocorreram no continente africano. Buscaremos o entendimento para algumas questões que motivaram esse trabalho, tais quais: Por que o genocídio do Congo é pouco estudado no Brasil, tendo em vista tratar-se de um dos maiores holocaustos do

mundo? Por que os professores da Educação Básica não têm formação em História da África? Por que a história brasileira é eurocêntrica? Por que as visões sobre a história dos povos africanos são de barbárie, violência e selvageria? Por que é importante estudar história da África e o genocídio no Congo? Por que somos uma país de maioria negra? Qual a importante considerar a Lei 10.639/2003? A história da África faz parte de nossa formação enquanto povo e sociedade? É preciso desmistificar, desnaturalizar e desconstruir as visões sobre a história da África e de seus povos? E o Porquê o ensino de História mais completo e que leve em consideração os diversos povos do mundo, podemos contribuir para o combater o racismo, por meio de uma educação antirracista

Dentre os objetivos a serem alcançados estão a de considerar a abordagem atual do ensino de História da África nas instituições educacionais, em virtude de termos uma educação eurocêntrica, além de investigar as razões para a ausência ou a falta de ênfase dada à invasão belga no Congo e a história do domínio colonial no currículo de História. Um outro objetivo é tentar avaliar o impacto dessa lacuna no ensino de História da África, incluindo suas consequências para a compreensão dos estudantes sobre a história do continente africano as relações entre a Bélgica e o Congo e o massacre ocorrido, que dizimou milhões de vidas, com isso chega-se a um outro objetivo que é fazer reflexões para uma abordagem mais abrangente e inclusiva do ensino de História da África, a fim de promover uma compreensão mais completa e crítica dos eventos históricos, incluindo a colonização predatória belga no Congo.

A metodologia desta monografia consistiu basicamente em revisão bibliográfica, que consiste na busca, seleção e análise crítica da literatura existente sobre o tema de pesquisa. A revisão bibliográfica desempenha um papel fundamental no processo de coleta de dados e na fundamentação teórica do estudo, permitindo ao pesquisador situar seu trabalho dentro do contexto acadêmico e identificar lacunas no conhecimento existente.

De acordo com Mazzotti Alves (2002) a revisão bibliográfica teria então dois propósitos a construção de uma contextualização para o problema e a análise das possibilidades presentes na literatura consultada para a concepção do referencial teórico da pesquisa, ou seja, é uma estratégia metodológica que permite ao pesquisador realizar uma busca sistemática de estudos, teorias e conceitos relevantes para o seu objeto de estudo. Dessa forma é possível identificar as principais

contribuições acadêmicas sobre o tema, avaliar a consistência dos resultados obtidos em pesquisas anteriores e embasar teoricamente as hipóteses ou questões de pesquisa do estudo em questão.

A revisão bibliográfica é importante para definir a linha limítrofe da pesquisa que se deseja desenvolver, considerando uma perspectiva científica, afirma Dane (1990). Essa abordagem permite a seleção criteriosa de estudos relevantes, a organização dos dados coletados e a identificação de padrões e tendências na literatura existente. Além de contribuir para a construção de uma base sólida de conhecimento e para a contextualização teórica do estudo, fornecendo um referencial teórico consistente para a análise e interpretação dos resultados obtidos.

A história africana, assim como a história congoleza têm um papel fundamental na formação da identidade brasileira e serve como um do ponto de partida sobre o processo cruel de colonização para comparar a grave mortalidade da escravidão em algo definido como genocídio congolês. No entanto, a história dominante possui a centralidade na Europa e dessa forma apagou ou distorceu o conteúdo africano dos currículos escolares e na produção acadêmica do Brasil.

A importância de estudar a história africana e congoleza pelos brasileiros reside na necessidade de resgatar as relações históricas desses territórios e as contribuições afro-diaspóricas assim como as tentativas de apagamento, além de manter viva as lembranças desse período tão doloroso para os escravizados. Por meio de uma análise bibliográfica espera-se compreender os diversos motivos que levaram ao apagamento na história brasileira e mundial da invasão belga no Congo e a morte de milhões de congoleses na busca do enriquecimento ilícito de um Rei.

2 A INVASÃO BELGA NO CONGO: o genocídio esquecido?

O século XX é marcado pelo fim oficial das colônias e povos escravizados, mas exibindo os resultados do processo de dominação europeia por toda a África e em outros continentes. Neste capítulo, mergulharemos na formação da República Democrática do Congo e as formas de colonização, violência e genocídio pelo qual foi alvo, compreendendo a importância deste país para a formação brasileira, mas que atualmente ocupa as piores posições nos índices de qualidade de vida, em que 31 milhões de pessoas, vivem abaixo da linha de pobreza, além de taxas elevadas de mortalidade infantil. Só para se ter uma ideia, 43% das crianças com menos de cinco anos sofrem com subnutrição.¹

Grande parte das pessoas conhecem o Congo através dessas notícias e sobre a constante instabilidade política em diversas partes do país, mostrando as violações dos direitos humanos que foram sendo generalizadas e agravadas pelas mutilações físicas que ainda ocorrem. Sobre outro contexto, além de assassinatos, aconteciam muitas violências sexuais e detenções. Segundo a ONU, recentemente, 896.000 pessoas permanecem deslocadas dentro da região de Kasai, devido ao agravamento da guerra civil que teve início em 2003.²

Contudo para compreendermos esse resultado de extrema pobreza e ondas de violência, é necessária uma análise dos processos históricos coloniais e imperialistas, no caso de nosso estudo, principalmente, a partir da Conferência de Berlim que em 1885 reuniu as principais nações europeias a fim de dividir a África, fatiando o território de acordo com seus interesses econômicos. Um dos que buscavam ampliar sua riqueza era o rei da Bélgica, uma pequena nação europeia que tinha em Leopoldo II³ seu governante, que durante todo um período usou de sua influência e propaganda para convencer as grandes nações que pretendia oferecer ajuda humanitária e religiosa aos territórios que assumisse controle. Porém, entre o discurso e a realidade, a história foi completamente outra, pois após receber esses

¹ Congo: como é a vida no país mais pobre do mundo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/congo-como-e-a-vida-no-pais-mais-pobre-do-mundo> Acesso em 27 mar. 2023.

² Disponível: <https://www.acnur.org/portugues/republicademocraticcongordc/> Acesso em 28 de março, 2023.

³ Leopoldo II foi o segundo Rei dos Belgas, desde 1865 até o fim de sua vida. Foi príncipe e soberano do Estado Livre do Congo (1884-1908). Era o segundo filho do rei Leopoldo I, a quem sucedeu em 1865, tendo reinado em 1909, o ano de sua morte.

territórios, os tratou como bem particular, chamando-o de Estado livre do Congo, mas o tratando em caráter exploratório, escravizando os povos existentes na região e formando grupos armados para ter controle sobre as pessoas e gerenciar as riquezas.

2.1 A Bélgica e a violência da colonização africana no Congo

Durante o século XIX, o Congo foi palco de um dos episódios mais sombrios da história colonial, sob o domínio pessoal do rei Leopoldo II da Bélgica. Como ressalta Hochschild (1998), o Congo foi explorado de forma desmedida, com o intuito de extrair riquezas, como o marfim e a borracha, em benefício dos colonizadores europeus. A exploração brutal do Congo resultou em violência generalizada, trabalho forçado, atrocidades contra a população local e a perda de milhões de vidas. Compreender o Congo do século XIX nos permite examinar as raízes e as consequências desse regime colonial e refletir sobre as questões de poder, exploração e resistência presentes nessa história.

Leopoldo II deixou profundas marcas na sociedade congoleza, dividiu e explorou suas populações, manipulando e fornecendo armas, assim como impôs sua autoridade sobre determinados grupos para a exploração de outros, tudo em nome do enriquecimento pessoal que buscava, principalmente, com a dominação do território. Apesar de nunca ter ido ao Congo, sobre sua tutela, um dos maiores horrores praticados durante a colonização europeia aconteceu, através do estabelecimento de rigorosas metas para exploração de marfim, borracha, pele de animais e minerais, conseguia extrair grande riqueza do território, o que não justificava em nenhuma situação, o que acontecia quando um congolês não cumpria com as metas, resultava em castigos graves, estupros, mãos decepadas, pessoas eram mutiladas e crianças mortas de forma recorrente. A exploração congoleza atingiu tamanha dimensão que dizimou milhões de pessoas, transformando o território em um verdadeiro espaço de massacres.⁴

Em sua tese intitulado Estado Livre do Congo: Imperialismo, a Roedura Geopolítica, Martinho Camargo Milani, descreve sobre o antigo reino do

⁴ Leopoldo II da Bélgica: A tirania e exploração do Congo no século XIX. Disponível em: <https://meuartigo.brasescola.uol.com.br/historia/leopoldo-ii-da-belgica-a-tirania-e-exploracao-do-congo-no-seculo-xx.htm>. Acesso em 27 mar 2023.

Congo onde refere-se a dois países africanos atuais – República do Congo, também chamado Congo-Brazzaville e República Democrática do Congo e que o rio Congo, o mais importante da região, é a raiz para o nome desses países, já que a sua formação, há cerca de 35 milhões de anos, com as placas tectônicas africanas e arábica se separando por movimentação da terra, fez com que a porção oriental do continente africano surgisse em um extenso conjunto de falhas tectônicas. Nesse movimento, originou-se o lago chamado de Tanganica, poucos quilômetros a oeste, nas áreas montanhosas a nordeste da Zâmbia, na altitude de 1760 m, dada pelo rio Chambezi.

Martinho Milani (2011) em sua dissertação menciona que as águas do Chambezi alimentam o lago Bangueólo, o qual forma o Loualaba que é o primeiro nome do rio Congo que é o resultado das águas do Koulecha e do Chambezi. Este avança no sentido sul-norte, por cerca de 1000 km, pouco depois de dividir-se em Loualaba Ocidental e Loualaba Oriental, as quedas d'água terminam, deste modo, em uma imensa depressão central, coberta por florestas equatoriais, seguindo em uma grande curva, em direção a oeste.

O início do rio Congo se contorna em direção ao sul e atravessa o Equador pela segunda vez. Essa peculiaridade do Congo é que seus afluentes da margem esquerda estão no hemisfério sul e recebem chuvas abundantes durante quase todo o ano, com uma pequena redução nos meses de junho a setembro. No entanto, nessa época, os afluentes da margem direita recebem mais chuvas, resultando em inundações na bacia do Congo ao longo do ano, proporcionando um ambiente rico em vida e propício para a ocupação humana. Conforme o rio avança, sua profundidade aumenta e suas margens se alargam para mais de 400 metros.

Segundo Milani (2011, p. 87) aproximadamente por cerca de 100 milhas as águas percorrem um longo caminho até a foz no Oceano Atlântico, onde o Congo despeja entre 70 e 90 mil metros cúbicos (m³) de água. É considerado o segundo maior rio em termos de vazão no mundo, ficando atrás apenas do Amazonas, localizado na América do Sul, que despeja água doce diretamente no mar. O Congo atravessa mais de 4.700 km do continente africano, e sua bacia hidrográfica irriga uma área de quase 3,7 milhões de km² na região central. O Rio Congo está entre os dez maiores rios do planeta e também foi palco de um dos maiores horrores da história mundial, impulsionado por Leopoldo II e é sobre ele que iremos estudar conforme a descrição abaixo:

[...] trata-se da República Democrática do Congo, que recebeu no decorrer de sua história uma série de nomes através dos quais ficou conhecido. De 1885 a 1908 era chamada Estado Independente do Congo, e, entre 1908 e 1960, Congo Belga. Ao receber a independência em 30 de junho de 1960, o nome novamente foi mudado e passou a chamar-se República do Congo. Era também chamada nessa época de Congo-Léopoldville para ser distinguida de Congo-Brazzaville, ex-colônia francesa, também chamado de República do Congo depois de sua independência. Em 1964, o Congo-Leopoldville se torna República Democrática do Congo, embora o regime em vigor não tivesse nada parecido com democracia. Em 1971 o ditador Mobutu Sese Seko rebatiza o país, dando-lhe o nome de República do Zaire, normalmente chamado Zaire, também nome da moeda nacional e do rio Congo. Em 1997, Laurent Désiré Kabila, outro ditador, sucessor de Mobutu, retorna ao antigo nome de República Democrática do Congo que prevaleceu de 1964 a 1971. (MUNANGA, 2017, p. 1).

Ao observamos a história dos nomes e mudanças de nome do país africano conhecido atualmente como República Democrática do Congo é um resultado intrigante sobre a turbulência política e a instabilidade que tem caracterizado a nação ao longo dos anos. Kabengele Munanga, apresenta uma visão cronológica das diferentes designações que o país recebeu, abrangendo o período entre 1885 e 1997. A primeira observação a se fazer é a frequência com que o nome do país foi alterado, o que sugere uma falta de estabilidade e identidade nacional consolidada, a República Democrática do Congo foi chamada de Estado Independente do Congo de 1885 a 1908. Essa denominação é problemática, pois durante esse período o país foi governado como uma propriedade pessoal do rei Leopoldo II da Bélgica, a exploração brutal dos recursos do Congo resultou em atrocidades generalizadas contra a população local, incluindo trabalho forçado, mutilações e assassinatos. Logo ao associar o nome do país a esse período de opressão é problemático.

Em seguida, o autor menciona que o país foi chamado de Congo Belga entre 1908 e 1960. Nesse período, o parlamento belga continuou a explorar os recursos do país, embora em uma escala menor do que durante o domínio pessoal de Rei Leopoldo II. A partir de 1960, quando o país conquistou sua independência, houve uma sucessão de mudanças de nome. A República do Congo foi o primeiro a ser adotado, mas também é mencionado que foi chamado de Congo-Léopoldville para distingui-lo de Congo-Brazzaville, a ex-colônia francesa que também se tornou independente e adotou o nome de República do Congo. Essa confusão de nomes entre os dois países é compreensível, mas revela a complexidade e a falta de clareza em relação à identidade nacional.

A partir de 1964, o país se torna oficialmente a República Democrática do Congo, conforme Munanga (2017) ressalta que o regime em vigor na época não correspondia a um governo democrático apesar do nome incorporado. Essa contradição é significativa, pois indica a discrepância entre o nome oficial e a realidade política do país, percebe-se que foi uma tentativa de criar uma imagem positiva perante a comunidade internacional, enquanto a realidade interna era marcada por autoritarismo e violações dos direitos humanos. Em 1971, o ditador Mobutu Sese Seko renomeia o país como República do Zaire, um nome que prevaleceu até 1997. Essa mudança de nome é interessante de se notar pois foi uma busca de Mobutu por uma identidade nacional separada do passado colonial.

No entanto semelhante aos governos anteriores, o governo de Mobutu foi marcado por corrupção, autoritarismo e repressão, e seu regime foi caracterizado por uma falta de transparência e participação democrática, agravando ainda mais a realidade do país, marcado pela exploração e brutalidade. Logo não podemos descartar o processo perturbador no Congo, assim devemos analisar o início da roedura da África é possível de vários momentos históricos, mas neste trabalho iremos destacar pela formalização de diversos países europeus que por meio de uma conferência europeia, sem nenhuma participação dos africanos, definiu o destino do continente pelas décadas seguintes.

A partir da Conferência, a corrida ao continente africano foi acelerada, num gesto inequívoco de violência geográfica por meio do qual quase todo o espaço recortado ganhou um mapa para ser explorado e submetido a controle. A demarcação das fronteiras prosseguiu estendendo-se até depois da Primeira Grande Guerra. (HERNANDEZ, 2005, p. 67).

A partilha da África iniciada em novembro de 1884 pois estabeleceu as regras e acordos entre nações em virtudes dos conflitos que estavam surgindo, legitimando a exploração do continente africano. Segundo Uzoigwe (1976, p. 40) a conferência de Berlim reconheceu o Estado Livre do Congo, permitindo o desenrolar de negociações territoriais por Leopoldo II através de sua empresa, estabelecendo as regras e modalidades de apropriação 'legal' do território africano, contudo o autor destaca que em nenhum outro momento um grupo de Estados de um continente proclamou o direito de negociar a partilha e a ocupação de outro continente. Uzoigwe (1976) traz à tona uma importante crítica ao colonialismo europeu na África, destacando a arrogância das potências europeias ao se autoproclamarem com o

direito de negociar e partilhar o continente africano ignorado as sociedades e reinos que viviam naquele território. Essa abordagem crítica é relevante, pois expõe a mentalidade imperialista e exploradora das potências coloniais, que buscavam recursos, mão de obra e influência política no continente africano, muitas vezes às custas das populações locais.

Conforme Uzoigwe (1976 p. 189 -193) desde antes da conferência de Berlim, as potências europeias tinham e influência na África por várias formas, desde a mediante a instalação de colônias, a exploração, a criação de entrepostos comerciais, de estabelecimentos missionários, além da ocupação de zonas estratégicas e os tratados com dirigentes africanos, dessa forma a conferência buscava.

A Conferência de Berlim reuniu, assim, várias potências europeias, principalmente, para tratar sobre acordos políticos e econômicos, levando em consideração a exploração e divisão dos territórios coloniais no continente africano. Um outro objetivo da conferência era de evitar conflitos entre nações tão próximas, que poderiam causar um declínio.

Para a historiadora Hernandez (2005. P. 45) “[...] a Conferência de Berlim (1884-1885) é o grande marco na expansão do processo de roedura do continente iniciada por volta de 1430 com a entrada portuguesa na África”. O termo roedura descreve de forma o processo contínuo de exploração, pilhagem e destruição do continente africano que tem ocorrido ao longo dos séculos, especialmente desde o início do século XV.

E que na conferência foi formalizado através de acordo exploradores no continente, esse processo tem sido caracterizado pela exploração implacável dos recursos naturais africanos, a imposição de sistemas de dominação e apropriação cultural, além do apagamento e distorção da história africana.

Jean du Fief foi o secretário geral e fundador da Sociedade Geográfica da Bélgica, em 1885, ele escreveu um artigo sobre a “Conferência de Berlim”, sobre a partilha africana, que foi publicado nos *Bulletín*⁵. Neste artigo ele resume a conferência:

⁵ Ao citar a palavra *Bulletín*, sempre será uma referência às Revistas da Sociedade Belga (Real Belga a partir de 1882) de Geografia.

Conferência de Berlim delimitou um território livre, aberto a atividade comercial e industrial de todas as nações. [...] sendo que no centro dessa região [África Equatorial] é domínio da Associação Internacional do Congo, reconhecido atualmente como Estado independente. Este território livre tem importantes privilégios: liberdade comercial, liberdade de trocas, de transportes, de circulação fluvial; liberdade de religião; neutralidade política; ocupação pacífica das terras encontradas, buscar junto aos países europeus a supressão da escravidão.” (BULLETÍN, 1885, p. 262-263)

Embora a conferência tenha estabelecido a neutralidade política e a ocupação pacífica das terras, na prática, tomou um novo caminho em direção a apropriação desenfreada de territórios africanos pelas potências coloniais. A ocupação pacífica que fez parte do discurso público, muitas vezes envolvia violência e coerção, resultando na perda de terras e na marginalização das comunidades locais.

A liberdade comercial e os benefícios econômicos mencionados nos acordos beneficiavam as potências coloniais, que exploravam os recursos naturais africanos em larga escala às custas das populações locais. O comércio e a industrialização estavam voltados para atender às demandas somente das nações colonizadoras, enquanto as comunidades africanas enfrentavam exploração, empobrecimento e perda de controle sobre seus próprios recursos.

Em uma análise abrangente sobre a escrita de Jean du Fief sobre Conferência de Berlim nota-se que deve levar em consideração não apenas os benefícios estabelecidos, mas também as consequências negativas e as desigualdades estruturais que resultaram nesses acordos. Consideramos, neste estudo, a apropriação do Congo ao Rei Belga Leopoldo II com a aceitação das nações europeias pela conferência de Berlim, que o fez de sua colônia particular e exploratória por décadas.

O contrato de Stanley⁶ era de cinco anos, ele receberia 25 mil francos por ano por ano durante o tempo que passasse na Europa e mais 50 mil francos por ano durante o tempo que passasse na África. [...] Concordaram que Stanley estabeleceria primeiro uma base perto da embocadura do rio, e que, depois, construiria uma estrada em volta das corredeiras [...] por ela, os carregadores transportariam diversos navios a vapor, desmontados [...] seriam montados para navegar rio acima. (HOSCHCHIL, 1998, p.72-73).

⁶ Henry Morton Stanley foi um explorador e jornalista britânico conhecido por suas expedições na África Central durante o século XIX, em uma dessas Expedição pelo Congo de 1874 a 1877, patrocinada pelo rei Leopoldo II da Bélgica, Stanley explorou a região do rio Congo e estabeleceu tratados com líderes locais em nome do rei belga, preparando o terreno para a subsequente colonização do Congo pela Bélgica.

Leopoldo II estava em busca de um explorador e via em Stanley uma oportunidade de conhecer melhor e conquistar África em específico o Congo, Leopoldo até onde se tem registro nunca pisou no continente africano e se utilizou desse personagem para apropriar-se do território e explorá-lo de forma exaustiva e perversa.

Stanley foi além de um simples explorador; ele desempenhou um papel fundamental no mapeamento econômico, geográfico e etnográfico da África, permitindo a exploração do Congo e de outras regiões do continente. Registrando meticulosamente suas descobertas, documentando suas viagens e revelando os segredos do coração do continente.

No entanto, após sua morte, tornou-se evidente o seu comportamento abusivo e explorador em relação aos habitantes do Congo, bem como a sua busca incessante por oportunidades de exploração econômica e estabelecimento de bases para futuras invasões territoriais. Stanley deixou um legado controverso. Enquanto sua reputação inicial era a de um destemido explorador, anos após sua morte, surgiram relatos sobre sua condução brutal de expedições e seu menosprezo pelos povos africanos.

Conforme Hochschild (1998, p. 61) é importante reconhecer que a exploração e colonização da África foram marcadas por relações de poder desiguais, injustiças e violências perpetradas pelas potências coloniais. Stanley, como muitos outros exploradores e colonizadores da época, refletia interesses particulares e financeiros da Europa e foi influenciado por uma mentalidade eurocêntrica que desvalorizava e explorava as culturas e recursos africanos em benefício próprio.

No livro *O fantasma do rei Leopoldo*, Adam Hochschild aponta que em virtude de suposto acordo econômico e comerciais:

[...] os chefes tribais entregaram suas terras a Leopoldo e o faziam por uma ninharia. Em Isangilda, perto das grandes corredeiras, ele comprou as terras necessárias para a construção de um posto pagando aos chefes uma quantia razoável de tecidos finos, paletós de librés, fardas com alamares vistosos, sem esquecer algumas garrafas de gim. Os conquistadores da África, assim como os do Oeste americano, estavam descobrindo que o álcool era quase tão eficiente quanto as metralhadoras[...] (HOCHSCHILD, 1998, p. 81).

Em geral, conforme Hochschild (1998) relata em seu livro, os tratados assinados não correspondia com a realidade, nos documentos assinados com um xis pelos líderes que vale ressaltar não estava na língua dos congolezes e poucos ali conheciam os idiomas apresentados naqueles documentos, os tratados que

inicialmente tinham o princípio de estreitas laços de amizades comuns entre representantes de reinos, comunidades e pequenas sociedades seria usado para a justificar a tomada das terras, nenhum líder das inúmeras comunidades ao longo do rio Congo cedeu suas terras por presentes como tecidos, armas ou utensílios, mas eram levados a crê que conseguiriam melhorias e até proteção contra possíveis agressores.

Para garantir que tivesse total vantagem sobre o Congo na devida oportunidade, Leopoldo II contratou Stanley para firma tratados e estabelecer como legítimas as propriedades dos donos de terra que ele supostamente tinha adquirido de bom grado pelos congolezes, anos antes da conferencia de Berlim, Leopoldo II iniciou conversas com as potenciais da época apresentando um suposto ajuda humanitária e religiosa com os africanos e buscava assim a autorização para ter o controle daquelas vastas terras, buscava legitimidades perante os líderes e aceitação da sociedade para controlar o congo.

O primeiro filho de Leopoldo I, Luís Felipe, faleceu em 1834 (MILANI, 2011). Leopoldo II, ao alcançar a idade de trinta anos, foi reconhecido como o herdeiro mais velho vivo do rei. Em 1865, quando assumiu o trono da Bélgica, o país já havia se estabelecido como uma nação independente há pouco mais de três décadas. Com uma economia focada no continente, Leopoldo II adotou uma postura política liberal e buscou promover uma abertura econômica, com destaque para a indústria siderúrgica como sua principal atividade

Wesseling (2008) aponta que naquele período Leopoldo II, o reino belga não dispunha de um grande exército ou marinha, contudo ainda assim que assumiu o trono, Leopoldo II expressou seu desejo de tornar a Bélgica "maior, mais forte e mais bonita". No entanto, seus interesses particulares acabaram resultando em uma convergência trágica entre a Bélgica e o Congo, culminando em um dos piores tragedias da África e do século XIX.

Leopoldo II ao assumir o trono, pretendia possuir um imenso império belga, apesar de saber os seus limites territoriais do estado que governava. Ao ascender ao trono, em 1865, iniciou estudos para encontrar uma região para colonizar, demonstrando interesse pela geografia, encontrou na África seu objeto. Relatos de missionários, com a descoberta da nascente do Nilo, histórias de comerciantes enriquecendo com o descobrimento de minas de cobre e metais preciosos pelo sul da África, alimentaram as expectativas do monarca de ampliar seu império.

O X Congresso da Sociedade Geográfica Francesa ocorreu no ano de 1875, na cidade de Paris na França, Leopoldo II percebeu que nenhuma grande potência Europeia estava interessada realmente no Congo, ao ponto de Brunshwig (2015, p. 28) destacar sobre a conferência: “nada mais inesperado, pois nenhum governo, por volta de 1870, se preocupava com essa bacia (Rio Congo) de difícil acesso. Os navios não subiam além do estuário, por causa das numerosas corredeiras [...]”.

Um outro ponto interessante neste evento informado por Wesseling (2008) é que foi no Congresso da Sociedade Geográfica Francesa que Leopoldo II também tomou conhecimento sobre os detalhes sobre as expedições de Henry Morton Stanley e Savorgnan de Brazza, um explorador anglo-americano e a partir dessa combinação Leopoldo II iniciou uma estratégia para possuir sua própria colônia.

No ano seguinte, o rei belga convocou a Conferência Geográfica de Bruxelas, um importante movimento político institucionalizado como parte de sua estratégia colonial na África. Essa conferência, de acordo com Munanga (2011), teve como objetivo oficial a abertura da bacia do Congo para a civilização ocidental e contou com a participação de membros de países como Inglaterra, Áustria, Rússia, França e Itália. Durante o evento, chegou-se à conclusão de que era necessário construir bases operacionais ao longo do rio Congo. Como resultado, foi criada a Associação Internacional Africana (AIA), presidida pelo próprio Leopoldo II, que tinha um caráter filantrópico, mas tinha como uma de suas missões administrar essas bases e facilitar a aplicação do "trabalho civilizatório" na região. Assim, surgiu uma organização internacional que alegava defender os interesses do Congo, mas servia principalmente para encobrir interesses reais.

Um dos trunfos do rei dos belgas constituiu na criação e na organização, em proveito próprio, de uma rede de amigos, de colaboradores, de relações e de admiradores prestigiosos, eficazes e, por vezes, bem relacionados, em todas as capitais importantes para a África: antes de todos, Stanley, cujo conhecimento do terreno, cuja perseverança e cujos métodos violentos vieram a ser determinantes no nascimento do Congo; mas também, em Londres, sir John Kirk, antigo cônsul em Zanzibar, que gozava da confiança do Foreign Office, e William Mackinnon, homem de negócios que enriquecera no comércio do Oriente, espírito religioso, membro ativo e, mais tarde, a partir de 1877, um dos responsáveis da influente Royal Geographical Society; em Berlim, o banqueiro Gerson von Bleichröder, próximo do chanceler Bismarck; em Washington, o general H. S. Sanford, antigo embaixador dos Estados Unidos em Bruxelas; e, por último, em Paris, um rico marchand de pintura, Arthur Stevens, que desenvolvera intensa atividade junto do primeiro-ministro Jules Ferry (M'BOKOLO, 2017, p. 365)

O Congo experimentou momentos históricos e decisivos que deixaram marcas nos povos nativos da região e permanece refletido nos dias atuais. Neste texto, este trabalho acadêmico se concentrará no período em que foi tomado pelo rei da Bélgica, durante a partilha europeia do continente africano, transformando-o em seu próprio império por meio de uma exploração predatória e destrutiva.

No século XIX, ocorreu a fase de exploração pré-imperialista do Congo que em parte foi estimulado por Leopoldo II na qual missionários, exploradores, burocratas estatais, empresários e futuros geógrafos se interessaram pelas potencialidades da região e começaram a construir documentos cheio de dados, juntamente com o mapeamento dos recursos naturais, que eram essenciais começaram a compilar informações e mapear os recursos naturais, que eram considerados essenciais e que mais tarde culminam na exploração do Congo.

Abrir para a civilização a única parte do globo ainda infensa a ela, penetrar na escuridão que paira sobre povos inteiros é, eu diria, uma cruzada digna deste século de progresso. Será preciso dizer que, ao trazer os senhores a Bruxelas, não fui guiado por nenhum sentimento egotista? Não, cavalheiros, a Bélgica pode ser um país pequeno, mas está feliz e satisfeita com seus rumos, e eu não tenho outra ambição que não seja a de servi-la bem (HOSCHSCHILD, 1998. p.54-55).

Leopoldo II criou a Associação Internacional Africana, em 1876, onde se reuniram geógrafos, botânicos, aventureiros, geólogos e cientistas, com o objetivo de estudar o continente negro, em especial a região mapeada com a bacia do Rio Congo, porém Munanga (2011) destaca que a Associação Internacional Africana (AIA) foi um grande fracasso pois todos os países que participaram de sua fundação logo perceberam os interesses do monarca belga, destoantes da filantropia, além disso boa parte dos países europeus contava com suas próprias organizações coloniais estratégicas.

Esses fatores combinados resultaram em um cenário em que a AIA foi amplamente percebida como uma fachada para as ambições coloniais de Leopoldo II e como uma tentativa fracassada de promover a colonização "civilizatória" no Congo. A associação acabou revelando-se como um disfarce para a exploração e a dominação estrangeira, em vez de trazer benefícios genuínos para a população e a região africana. "[...] a Conferência de Berlim (1884-1885) é o grande marco na expansão do processo de roedura do continente iniciada por volta de 1430 com a entrada portuguesa na África" (HERNANDEZ, 2005, p. 45).

A tese de Milani (2011) destaca 4 marcos importantes até a dominação definitiva de Leopoldo II sobre o Congo, a primeira seria a Partilha da África, pois durante a Conferência de Berlim, em 1884-1885, as potências coloniais europeias chegaram a acordos que dividiram o continente africano entre si e permitiu o processo de “roedura” do continente esse termo reforça o processo violento e exploratório do continente, Essa partilha permitiu que Leopoldo II reivindicasse o território do Congo como sua propriedade pessoal para supostos fins humanitários, em vez de uma colônia belga, o que na prática não limitou seu real interesse.

Milani (2011) realça o segundo ponto sobre o caráter econômica de Leopoldo II que viu no Congo uma oportunidade de explorar os abundantes recursos naturais, como marfim e borracha, para enriquecer a si mesmo e seu império. A busca por lucro e riqueza foi um dos principais motivadores por trás da dominação do Congo.

“[...] entre 1879 a 1884 teriam sido extraídos cerca de 421 toneladas de marfim do Congo, as quais renderam 15 milhões de francos à Bélgica.” (RECLUS, 1887, p. 323). Importante está atento a essa informação do autor pois entre 1879 a 1884, Leopoldo ainda não possuía o controle do território que lhe foi concedido somente em 1885, mas isso não o impediu de lucrar com o comércio de marfim o que na prática gerou cerca de 35 mil elefantes mortos no período ou quase 16 por dia.

[...] Em 12 de setembro de 1876, Leopoldo II, rei dos belgas reuniu em seu palácio em Bruxelas, uma conferência composta por presidentes de sociedades geográficas, políticos, geógrafos e exploradores, e pediu-lhes para buscar maneiras de abrir o coração da África para a civilização. A Conferência decidiu a formação da Associação Internacional para a Exploração e Civilização da África Central Bulletin de (SOCIÉTÉ ROYALE BELGE DE GEOGRÁPHIE, 1886, p. 395)

O terceiro ponto levantado é que Leopoldo II concebeu a Associação Internacional Africana com o intuito de coletar informações sobre os territórios ao longo do Rio Congo e promover uma colonização civilizatória na região, sob uma aparência filantrópica. No entanto, essa associação acabou sendo usada como uma fachada para os reais interesses de Leopoldo II: a exploração e a extração de recursos em benefício próprio. Por meio dessa associação, Leopoldo II organizou pequenas colônias, estabeleceu missões religiosas, negociou tratados entre chefes regionais africanos e líderes europeus (como as realizadas por Stanley), além de construir entrepostos comerciais e ocupar áreas estratégicas.

A população das vilas de Lukolela em 1891 deveria estar em 6.000 pessoas, mas quando eu contei a população desta região em dezembro de 1896 encontrei somente 719 almas. E o número de mortos não parava de aumentar ao longo dos anos. Antes de vir para cá, eram só 400 almas. Mas quase tive um ataque do coração esta semana ao contar apenas 352 pessoas. (MOREL, 1975, p. 31-55, tradução nossa).

O texto acima faz parte de uma carta extraída dos documentos do Governador Geral do Congo, o missionário da Igreja Batista Anglicana, John Whitehead em 1903. E serve para reforçar o quarto ponto levantado na Martinho Milani onde refere-se ao brutal regime colonial, imposto por Leopoldo II, o Congo foi submetido a um regime colonial brutal. Forças armadas privadas foram enviadas para subjugar e explorar a população congoleza, usando trabalho forçado, violência e punições extremas. Milhões de congolezes morreram, fazendo do regime de Leopoldo II uma das maiores atrocidades da história.

“Concluído esse processo, da descoberta, passando pela delimitação, até o reconhecimento mundial em 1885, Leopoldo II passaria a contar com uma colônia privada que correspondia a mais de 77 vezes o território de sua terra natal, a Bélgica” (MILANI, 2011). O autor mergulha nas complexidades políticas, sociais e econômicas desse período histórico. Ele investiga o contexto do imperialismo que impulsionou a conquista do Estado Livre do Congo e examina as implicações geopolíticas dessa ação. O autor nos convida a refletir sobre as dinâmicas de poder, as relações internacionais e as consequências humanitárias desse empreendimento colonial. Concluimos assim que Leopoldo II criou uma série de ações para justificar, diante de outros países, a participação da Bélgica na conquista da África, utilizando de discursos humanitários para atrair a atenção da sociedade, mas fica evidente que ele escolheu o Congo pela sua potencialidade de exploração, assim como a facilidade evidente, diante pela falta de hierarquia presente.

2.2 Congo, atrocidade como meio de dominação

O chicote era feito com couro de hipopótamo seco ao sol, cortado em tiras compridas e afiadas, em forma de saca rolhas. Em geral era aplicado às nádegas nuas da vítima. Seus golpes deixavam cicatrizes permanentes; mais de 25 chibatadas podiam levar à perda da consciência; cem ou mais – o que não era raro – muitas vezes matava (HOCHSCHILD, 1999, p. 131).

O Rei belga tinha outro interesse e não era de levar uma missão “humanitária” para a África ocidental, seu interesse estava na exploração econômica

e para isso foi ao extremo em busca de obter o máximo possível de lucro, diante de seus investimentos. Durante esse período foi empregada variada e odiosa formas de torturas por oficiais em caso de baixa produção ou recusa ao trabalho com a total autorização do monarca.

Com o tempo tornou-se comum encontrar em meio às trilhas, corpos de carregadores que não conseguiam seguir com trabalho forçado ou que caíam desmaiados de exaustão em estado de inanição e extremo cansaço devido a desumana rotina de escravidão. Diferente do que pregava para o mundo, no Congo de Leopoldo II fez do território sua colonial particular, ficou rotineira a aplicação de castigos físicos, torturas e mutilações, que eram aplicadas cotidianamente pela Force Publique⁷, financiada pelo próprio Rei.

A Força Pública, que se traduz como "Publique Force" em inglês, foi uma força militar e policial que existiu no Congo Belga, era composta principalmente por soldados africanos comandados por oficiais belgas. Os soldados eram recrutados de diversos grupos étnicos dentro do Congo e muitas vezes eram forçados a se alistar ou recrutados por outros meios coercivos. Segundo Milani (2008, p. 167) o “exército formado por cerca de 18.000 homens (num primeiro momento eram negros da região dos Zulus, Banguela e Boma, recrutados à força e que depois vieram de toda a Bacia do Congo”. Eles eram treinados e equipados pelos belgas para servir como uma força de proteção aos interesses belgas na região.

A Força Pública era brutal e envolvida em inúmeros abusos como a aplicação do trabalho forçado, da repressão de revoltas e da extração de recursos em benefício da administração colonial belga e de empresas privadas. Os soldados eram conhecidos por seu tratamento severo à população local, incluindo atos de violência, estupro e torturas.

O ingresso na Força Pública pelo povo africano no Estado Livre do Congo era uma das poucas oportunidades de ascensão social disponíveis. Portanto, mesmo diante das condições degradantes de trabalho contra seus próprios povos, alguns indivíduos viam ao lado do opressor uma forma de evitar castigos e torturas mais

⁷ Denominada “Force Publique”, era um exército formado com a finalidade de promover o controle do trabalho e reprimir revoltas. Ver MILANI, Estado Livre do Congo: Imperialismo, a Roedura Geopolítica (1885 – 1908), p. 164-171.

cruéis. Essa ambiguidade revela a complexidade das relações entre os soldados africanos e a população local, moldadas por uma dinâmica de poder e sobrevivência.

Sobre a Força Pública o escritor Hochschild (1998) registra um dos inúmeros casos desumanos ocorridos no Congo Belga em seu livro o Fantasma do Rei Leopoldo da seguinte forma:

[...] os soldados trouxeram cestos de comida para nós carregarmos, dentro dos quais carne humana defumada. [...] marchamos até tarde, depois acampamos perto de um riacho, onde demos graça por ter o que beber, pois estávamos sedentos. Não tínhamos nada para comer, pois os soldados não nos deram nada. [...] E assim continuou, todos os dias, até o quinto, quando os soldados tomaram o bebê da minha irmã e o atiraram no mato, deixando-o ali para morrer, e fizeram com que ela carregasse algumas panelas que haviam encontrado numa aldeia deserta. (HOCHSCHILD, 1998, p. 131).

Nem as crianças eram poupadas conforme o relato acima do Professor, uma rotina de estupros, assassinatos, amputações, açoitamentos e esquartejamentos públicos aconteciam, tornando-se parte de uma política de extrema violência, ao final do século XIX, no Congo. Um outro tipo de ato tornou-se comum, o de decepar a mão ou o braço dos congolese, bastava descumprir qualquer ordem, tropeçar em algo ou não cumprir com suas cotas de extração do látex para a produção da borracha.

Vilas que se negavam ou estavam sem condições de explorar a borracha eram completamente dizimadas com estupros, torturas, mutilações e assassinatos. O procedimento levou pelo menos dez milhões de pessoas à morte – relacionadas a assassinatos, à fome, à exaustão e à própria queda na taxa de natalidade. (SILVA, 2012, p. 78).

Imagem 1: Congolese desfigurados e mutilados



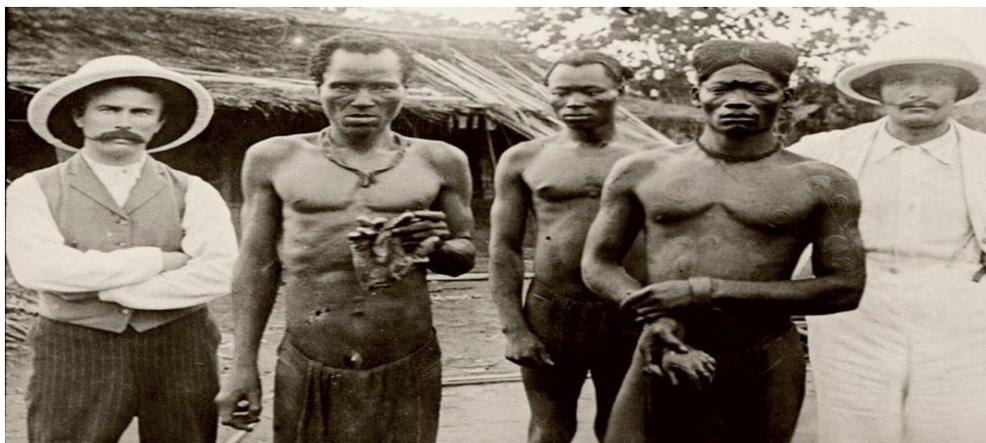
Fonte: Esta Foto de Autor Desconhecido está licenciado em CC BY-SA-NC

Edmond Morel possui um registro em (Red Rubber. p. 31-55) onde descreve um evento no Congo onde “ocorreu a escassez numa certa aldeia de borracha, ele havia matado antes da incursão histórica muitas mulheres e crianças. Estou indo falar com o juiz por ter matado 150 homens, e ter decepado 60 mãos; tendo crucificado mulheres e crianças...suas cabeças e seus órgãos genitais permanecem pendurados na cerca da vila” a foto acima é um dos registros de um desses castigos nela mostra três congoleses desfigurados e mutilados por provavelmente não ter conseguido cumprir a cotas de coleta de borracha, ao decepar as mãos e apresentá-las a chefia servia para reforçar a determinação nos cumprimentos das metas.

Leopoldo, ao possuir o território, tornou-se dono de toda borracha e marfim, extraída no Congo, coletando inúmeras quantidades impostas. A utilização da Força Pública era claramente voltada para garantir a exploração desenfreada dos recursos naturais no Congo, reprimir qualquer forma de resistência e impor a ordem imperialista. Não se contentavam em simplesmente matar os rebeldes, os comandantes das tropas frequentemente exigiam que cada bala disparada fosse acompanhada pela apresentação de um par de mãos decepadas.

Há relatos de soldados que acumularam mais de quinhentas mãos (HOCHSCHILD, 2022) a Força Pública recebia alimentos gratuitos resultado do trabalho forçado da população local, mulheres e crianças eram obrigadas a trabalhar durante dias a fio para fornecer sustento aos soldados. Essa era a forma como Leopoldo II reduzia os custos de produção

Imagem 2: Homens segurando mãos que foram decepadas.

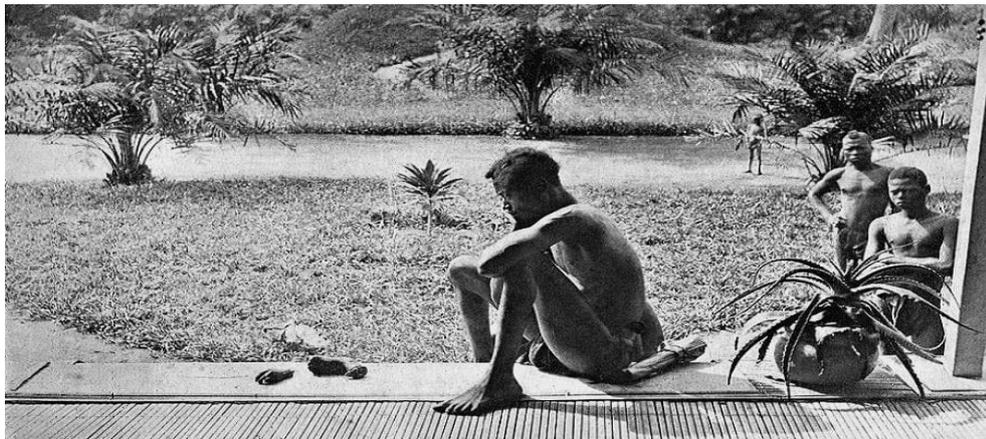


Fonte: Esta Foto de Autor Desconhecido está licenciado em CC BY-SA-NC

Na imagem acima contém 5 homens, dois desses provavelmente de origem belga, possam ao lado de três congolesees seminus, dois deles seguram mãos ao que parecer ser de congolesees, pelo contexto é provável ser de algum familiar que não conseguiu cumprir alguma meta ou simplesmente ter tropeçado, o congolês ao centro possui um semblante profundo e triste. Segundo Munanga (2011), muitas populações ribeirinhas foram gravemente afetadas, – uma vez que os rios eram as grandes vias coloniais – migrando para o interior em uma tentativa de fugir, o que causou um esvaziamento da ocupação das margens dos rios.

No registro abaixo vemos destacado ao centro um congolês, ele olha as mãos e pés de sua própria filha que foi mutilada e morta, a colonização do congo é uma das mais cruéis que se tem registro, a voracidade sem limites resultou em um “holocausto esquecido de 10 milhões de mortes” entre 1880 e 1920, segundo Hochschild (2002)

Imagem 3: Congolês diante do pé e da mão amputados de sua filha



Fonte: Reprodução/Wikimidia Commons.

Apesar das várias denúncias feitas contra o regime de exploração do Rei Leopoldo II no final do século XIX, foi no início do século XX que essas denúncias ganharam maior visibilidade tanto na Europa quanto no restante do mundo. Relatos de pessoas que testemunharam e atuaram no Estado Livre do Congo começaram a se espalhar amplamente, expondo as atrocidades cometidas por Leopoldo II. Essas denúncias desempenharam um papel fundamental ao trazer à tona a gravidade das violações dos direitos humanos e os abusos desumanos que ocorreram sob o seu regime.

Porém no início do século XX inicia-se uma campanha humanista denunciando o 'martírio do Congo', campanha a cargo de intelectuais e políticos franceses, ingleses e americanos. Da Bélgica uma única voz, a do deputado socialista Emile Vandervelde. Os relatos apresentados nas comissões de inquéritos eram cada vez mais contundentes e suas testemunhas podiam ser consideradas isentas. O rei empáfia continuava negando tudo. Afirmava às vezes que as Potências queriam tomar a colônia belga. Falava de inveja de sua obra magnífica. (MILANI, 2011, p.173).

A citação destacada revela a falta de resposta adequada e a negação persistente do Rei Leopoldo II diante das denúncias cada vez mais contundentes sobre as atrocidades cometidas no Congo durante o início do século XX. Enquanto intelectuais e políticos franceses, ingleses e americanos lideravam uma campanha humanista denunciando o que ficou conhecido como o "martírio do Congo", a Bélgica oferecia apenas uma voz solitária de oposição, representada pelo deputado socialista Emile Vandervelde.

[...] o sistema do Congo é exatamente a antítese de um sistema ideal de colonização que eu havia descrito e eu não exagerei ao descrever que o atual sistema colonial congolês foi fundado com o confisco da terra dos nativos africanos, mediante trabalho escravo e com um sistema compulsório que cometeu os mais horrendos abusos. [...] Senhores, as terras que são roubadas dos nativos não são as não ocupadas (vacantes, segundo a lei belga), mas as propriedades comunais que cercam suas vilas e que são essenciais á sobrevivência desses povos (MOREL, 1913)

As palavras acima, fazem parte do discurso de Émile Vandervelde, deputado socialista e historiador belga, ao prestar depoimentos ao parlamento britânico sobre as possíveis atrocidades no Congo. Um aspecto crucial destacado por Émile Vandervelde é o fato de que as terras roubadas não eram terras desocupadas ou abandonadas, como a lei belga afirmava, mas sim as terras comunitárias que cercavam as vilas dos povos nativos. Essas terras eram fundamentais para a sobrevivência dessas comunidades, fornecendo-lhes recursos naturais, meios de subsistência e uma conexão vital com o seu ambiente. Ao tomar posse dessas terras, os colonizadores belgas privaram os nativos africanos de sua fonte de sustento e colocaram em risco sua própria sobrevivência.

Os relatos apresentados nas comissões revelavam a gravidade dos abusos e eram respaldados por testemunhas confiáveis e imparciais. No entanto, Leopoldo II continuava a negar veementemente qualquer envolvimento ou responsabilidade, preferindo atribuir as denúncias a uma suposta conspiração das potências internacionais que supostamente desejavam tomar a colônia belga.

Apesar de ter havido denúncias sobre as atrocidades praticadas no Congo, ainda em finais do século XIX, como as feitas pelo norte-americano George Washington Williams, somente no século XX, essas violências seriam conhecidas internacionalmente. Edmund Dene Morel, jornalista britânico a serviço da Elder Dempster, foi figura de grande importância para tornar público e divulgar o desmantelamento que o sistema colonial de Leopoldo causava no Congo e o genocídio que perpetrara. (NASCIMENTO, 2015, p.45)

Evelyn Nascimento destaca a importância de figuras como George Washington Williams e Edmund Dene Morel na divulgação das atrocidades cometidas no Congo durante o século XIX e início do século XX. Embora denúncias sobre essas violências já tivessem sido feitas por Williams e outros, foi somente no século XX que essas atrocidades se tornaram conhecidas em escala internacional.

É fundamental reconhecer o papel desses indivíduos, pois Edmund Dene Morel, um jornalista britânico, desempenhou um papel crucial ao expor e divulgar o impacto devastador do sistema colonial estabelecido por Leopoldo II no Congo, bem como o genocídio perpetrado na região.

Esses esforços de conscientização foram essenciais para chamar a atenção do mundo para as violações e a exploração desenfreada que ocorria no Congo. A divulgação dessas informações permitiu que a opinião pública internacional tomasse conhecimento das atrocidades e pressionasse por ações em busca de justiça e responsabilização.

Deve-se acreditar nos missionários. Eu vi fotografias de nativos com as mãos cortadas porque não trouxeram a quantidade de borracha exigida. Se Leopoldo tivesse simplesmente os matado, não seria tão mal; mas cortar suas mãos se deixá-los desamparados para morrer na miséria –isso é imperdoável (TWIN, 2011, p.92).

No entanto, é lamentável que tenha sido necessário esperar tanto tempo para que as violências cometidas no Congo ganhassem visibilidade global. A falta de atenção e resposta adequada por parte das potências coloniais e da comunidade internacional contribuiu para prolongar o sofrimento e a impunidade.

No contexto mencionado, o Lorde Lansdowne, membro do Ministério das Relações Exteriores, tomou a iniciativa de convocar uma comissão britânica de investigação para examinar as acusações feitas contra o Estado Livre do Congo. Roger Casement, cônsul britânico em Boma, na África, foi escolhido para liderar essa investigação e redigir um relatório que confirmasse a veracidade das denúncias. Casement tinha experiência prévia na região, tendo trabalhado para a Associação Internacional do Congo antes de se tornar cônsul britânico em 1895.

O resultado da investigação de Casement foi um dossiê contendo fotografias e depoimentos de missionários e vítimas do regime no Congo. Ao retornar à Inglaterra, ele apresentou o relatório ao Ministério das Relações Exteriores, condenando a conduta de Leopoldo II. No entanto, quando o relatório foi publicado em 1904, os nomes e referências diretas aos oficiais coloniais foram omitidos, indo contra as intenções iniciais de Casement. O relatório estimava que cerca de três milhões de congoleses haviam perdido a vida, destacando a gravidade das violações dos direitos humanos cometidas segundo Goodman (New York: Farrar, Straus and Giroux, 2010)

No mesmo ano, Casement se juntou a E.D. Morel para fundar a Associação de Reforma do Congo. Essa organização buscava reformas administrativas na região, como uma resposta direta às atrocidades e à exploração que haviam sido expostas. A parceria entre Casement e Morel foi uma tentativa de mobilizar a opinião pública e pressionar por mudanças efetivas na política colonial do Congo

[...] as grandes campanhas de divulgação, levadas a cabo pela Associação de Reforma do Congo, instituição que tinha como fundadores Edmund D. Morel, sua esposa Mary Morel e o cônsul britânico no Estado Livre do Congo, Roger Casement, e como principais apoiadores os missionários John H. Harris e Alice Seeley Harris, ainda, como importantes membros e divulgadores, os escritores Mark Twain e Arthur Conan Doyle. Por outro lado, toda uma contraofensiva liderada por Leopoldo II, um empreendimento de corrupção da imprensa, que contava com jornais nas principais cidades europeias e nos Estados Unidos, na busca de deslegitimação das palavras e do que estava sendo proposto pela Associação de Reforma do Congo. (OLIVEIRA, 2016, p. 286)

Diversas pessoas desempenharam um papel fundamental no processo de exposição das atrocidades no Estado Livre do Congo. Entre elas, destacam-se os missionários John Hobbis Harris e Alice Seeley Harris, que eram britânicos e ativistas dos direitos humanos. Casados em 1898, eles foram enviados ao Estado Livre do Congo em uma missão evangelizadora e lá permaneceram por aproximadamente 7 anos, dedicando-se a denunciar as violações ocorridas na região.

Os Harris desempenharam um trabalho essencial ao documentar e divulgar as atrocidades que presenciaram durante sua estadia no Congo. Eles usaram a fotografia como uma ferramenta poderosa para registrar as condições deploráveis e a violência impiedosa infligida à população congolesa. Suas imagens chocantes e testemunhos detalhados tiveram um impacto significativo na conscientização do público sobre a realidade sombria vivida no Estado Livre do Congo. um elemento

decisivo nas denúncias e na “confiabilidade” dos relatos foram as fotografias feitas pelos missionários Harris, em especial Alice S. Harris. Como diz, Oliveira (2016, p .280), “as provas irrefutáveis das atrocidades, viriam das mãos e do olhar de Alice Harris e da objetiva de sua câmera

O fim da propriedade privada do rei Leopoldo II foi devido à pressão diplomática dos ingleses e americanos, que lideravam a opinião internacional, embasados pelo relatório de Casement, que descreveu, em riqueza de detalhes, a situação dos nativos, degradante em trabalhos forçados e nos esquemas, juntamente com os negócios duvidosos do rei Belga.

Conforme Milani (2011, p. 208-209) aponta que no final de novembro de 1907 é assinado um tratado de rendição entre a Bélgica e o Estado Livre do Congo. O rei Leopoldo II retirava-se do país africano em que nunca esteve e passa todos os seus bens para a pátria natal. Por meio deste documento oficial, todas as propriedades e coisas móveis eram transferidas para a Bélgica.

Embora as negociações da “passagem” do “Estado Livre do Congo” tenham iniciado no final do ano de 1907, ela foi concretizada somente no ano seguinte a administração belga não foi muito diferente da imposta por Leopoldo II e a população congoleza não se viu livre do horror. “Curiosamente em 1909 falecia o rei Leopoldo II que tanto amou sua Colônia.” (MILANI, 2011, p. 209). Sem julgamento e sem punição por seus crimes, crimes esse que eram enterrados consigo.

O caso do Estado Livre do Congo chama a atenção, porque é um dos primeiros em que a violação de direitos humanos foi confirmada por diversos países e devidamente registrada, com a publicação e repercussão do relatório nos jornais. Quando o parlamento Belga assumiu o controle com afastamento de Leopoldo II, não se mostrou preparação para governar o Congo, pelo seu histórico, já que o pequeno país não tinha experiência como potência colonial, mesmo estando em 1908. O Congo continuava, então, sendo um território muito vasto e desconhecido, principalmente, para grande parte das pessoas.

Em 1919, uma comissão oficial do governo belga considerou que, desde o tempo em que Stanley começara a lançar as fundações do Estado de Leopoldo até então, a população do território «se reduzira a metade». O major Charles Liebrichts, membro cimeiro da administração do Estado do Congo durante a maior parte da existência deste, chegou à mesma conclusão em 1920. O mais fidedigno juízo da atualidade é o de Jan Vansina, professor emeritus de história na Universidade do Wisconsin e talvez o maior etnógrafo vivo dos povos da Bacia do Congo que baseia os cálculos em «inúmeras fontes de áreas diferentes: padres que notavam a diminuição dos rebanhos,

tradições orais, genealogias e mito mais. A sua estimativa é a mesma: entre 1880 e 1920 a população do Congo diminuiu «pelo menos, de metade». Metade de quê? Só na década de 1920 foram efetuadas as primeiras tentativas de recenseamento na escala de todo o território. Em 1924, a população foi calculada em dez milhões, número este confirmado por contagens ulteriores. Segundo as estimativas, isto significaria que, durante o período de Leopoldo e no que imediatamente se lhe seguiu, a população daquele território perdeu, aproximadamente, dez milhões de pessoas. (HOCHSCHILD, 1998, p. 336-337).

De acordo com o livro *O Fantasma do Rei Leopoldo* a população do território havia se reduzido pela metade desde o início das atividades de Stanley, responsável por estabelecer as bases do Estado de Leopoldo. O professor Jan Vansina, especialista em história e etnografia dos povos da Bacia do Congo, baseia sua estimativa em diversas fontes, incluindo registros de padres, tradições orais, genealogias e mitos. Segundo Vansina, a população do Congo diminuiu pelo menos pela metade entre 1880 e 1920.

Na obra Adam Hochschild ressalta que, devido à falta de recenseamentos abrangentes na época, só nas décadas de 1920 e seguintes foram feitas tentativas de calcular a população do território de forma mais precisa. Em 1924, a população foi estimada em dez milhões de pessoas, um número que foi confirmado por contagens posteriores. Portanto, de acordo com as estimativas, durante o período de Leopoldo II e imediatamente após, aproximadamente dez milhões de pessoas foram perdidas naquela região.

Serrano e Munanga (1995, p. 35-36) ainda afirmam que: “mesmo a discriminação racial anglo-saxônica, considerada como a mais feroz, nunca produziu tantas leis discriminatórias nem adotou medidas de segregação tão rígidas como a tutela belga”. Muito disto se deve ao que ocorreu no Estado Livre do Congo. Leopoldo II, sem nunca ter estado pessoalmente na África, deixou um rastro de sangue no continente: estima-se que, entre 1880 e 1908, 13 milhões de pessoas tenham morrido no que se entendeu por Estado Livre do Congo. É difícil estipular um número exato de mortos durante esse período.

Em outro relato Goodman (2010) aponta que Casementa ao retornar à Inglaterra, apresentou o relatório ao parlamento belga condenando a conduta de Leopoldo II ao Ministério das Relações Exteriores. Um ano depois, em 1904, o relatório que estimou a morte de três milhões de congolezes foi publicado.

Um ponto interessado por Milani (2011) é que mesmo em um ambiente tão hostil, palco de “violência e atrocidades belgas incentivaram a formação, de dezenas

de guerrilhas de resistência, sendo que a mais radical de todas foi a dos povos Yakas (a qual durou mais de 10 anos, acabando em 1906).” Os Yakas eram uma etnia congoleza que resistiu ferozmente à ocupação belga e às políticas opressivas impostas sobre eles

3. A FORMAÇÃO DO BRASIL E O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA: por que o genocídio Congo não é estudado?

3.1 educação eurocêntrica, formação docente e história da África

A formação da sociedade brasileira é resultado da assimilação de diversas influências culturais, sociais e étnicas ao longo de mais de cinco séculos. Com a colonização portuguesa veio para o Brasil a cultura europeia, que se misturou com a cultura indígena que habitavam o território e pelas pessoas que foram trazidas como escravizados da África. A história do Brasil foi marcada por diversos momentos que influenciaram na formação da sociedade brasileira com o início marcante pela exploração do pau-brasil e a escravidão africana durante cerca de três séculos e deixou marcas profundas na cultura e na estrutura social do país.

No Brasil, o plantio da cana foi promovido em várias localidades, ... e no início da produção, os engenhos eram pequenos... e a mão de obra utilizada foi a indígena, pois era mais acessível e barata naquele momento. Os africanos começaram a ser empregados por volta do século XVII, quando o tráfico atlântico de escravos havia se consolidado, fazendo, então, do africano a peça fundamental da empresa açucareira. (MATTOS, 2009, p. 104)

A escravidão africana foi responsável pela chegada de milhões de africanos em toda a América e o Brasil foi um dos países que mais recebeu escravizados que inicialmente foram forçados a trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar, café, algodão, além de realizar tarefas domésticas, essa exploração teve um grande impacto na formação da sociedade brasileira, pois as africanas e africanos escravizados trouxeram consigo suas crenças religiosas, língua, gastronomia e costumes. A sociedade colonial brasileira teve como base a exploração do trabalho escravo, principalmente nas plantações de cana-de-açúcar e café. Com a abolição da escravidão em 1888, esses africanos libertos tiveram que enfrentar grandes desafios para se inserirem na sociedade brasileira, o que acabou gerando uma série de desigualdades sociais e raciais que persistem até hoje.

A sociedade brasileira foi formada pela cultura dos povos indígenas que habitavam o território antes da chegada dos europeus. A cultura indígena se misturou com a cultura portuguesa e com a africana, formando uma sociedade multicultural. A sociedade brasileira foi influenciada pelo fenômeno da imigração de europeus a partir do século XIX com o incentivo do governo da época que além de outro objetivo

desejavam embranquecer a população, Segundo Telles, (2003, p. 46) “[...] esperava-se que os imigrantes brancos acabassem se mesclando à população nativa, de modo a diluir a grande população negra”.

O ideal da evolução étnica brasileira seria a pureza da raça branca. Por isso, concomitante à eliminação do negro, a imigração europeia foi incentivada com o intuito de promover o branqueamento da população. O governo republicano, além de incentivar, destinou recursos próprios para a imigração europeia, proporcionando, em grande medida, a exclusão dos negros do mercado de trabalho formal. (MATTOS, 2009, p. 186).

Quando falamos numa educação decolonial é porque temos a consciência que algo está errado e que o tipo de educação que é promovida não está contemplando as vozes e nem os sujeitos presentes na escola, sendo necessário revê-los. Com isso, vem um movimento, em que questiona a educação pautada pelo colonialismo e pela colonialidade, que tem como características, o eurocentrismo, a hegemonia e o patriarcalismo, valores esses impostos pelos europeus (SANTANA, 2020, p. 5).

Segundo Oliveira e Candau (2010), a colonização do ser é concebida como a negação de um status humano para africanos e indígenas, resultando na história da modernidade colonial, que acabou por apagar as experiências desses povos. Esse apagamento tem reflexos na perpetuação do racismo estrutural que ainda está presente em nossa sociedade o que envolve a educação escolar nos currículos, diretrizes e leis e a formação do professor.

Refletir sobre a formação de professores e construir caminhos que viabilizem a transformação do cenário atual das ações educacionais que se concretizam nas salas de aula na educação básica, demanda levar em conta a interação e a intersecção de múltiplas condições, intrínsecas a essa formação, considerando os novos movimentos societários que se mostram no mundo contemporâneo, com suas consequências, tendo no horizonte as lutas por dignidade social por parte de vários segmentos populacionais, e a meta de se conseguir equidade quanto ao usufruto de bens sociais e educacionais. (GATTI, 2017, p. 734)

A formação dos professores por um longo período foi construída por uma visão histórica guiada pelo eurocentrismo, ou seja, por um conceito que coloca a Europa como a protagonista da história da humanidade, o continente teria assim influência direta em todos os lugares do mundo e sobre os principais acontecimentos mundiais e ainda provocando mudanças pelas sociedades até hoje, dessa forma esse professor ao passar por uma formação acadêmica o currículo estudado contempla

apenas uma visão histórica onde a dominação da Europa sobre a África da perspectiva dos supostos vencedores, excluindo aqueles que foram explorados.

Dessa forma a formação docente, nas últimas décadas, vem sendo analisada na perspectiva de ser reformulada contemplando novos olhares sobre a perspectiva historiográfica, tendo em vista a acelerada transformação que afeta a sociedade, a educação e a escola. Temos, portanto, observado a efervescência de estudos e discussões acerca da formação e da prática pedagógica de professores tendo em visto que implicam do desenvolvimento e aprendizado de uma sociedade, em virtude desses estudos e novos cenários tem se destacado sobre a formação docente principalmente nas disciplinas de humanas e sociais.

Segundo Verrangia e Silva (2010) a educação das relações étnico-raciais diz respeito a processos educativos que visam capacitar as pessoas a superarem os preconceitos raciais, encorajando-as a viverem em sociedade de forma livre de discriminação, além de contribuírem para a compreensão e o engajamento em lutas por justiça social. Essa educação busca favorecer tanto pessoas negras quanto não negras na construção de uma identidade étnico-racial positiva.

Essas transformações devem refletir a estrutura da sociedade considerando os processos formativos e a singularidade das situações de ensino que não podem ocultar os processos nocivos implementados no continente africano onde boa parte do Brasil possui suas origens, essas novas competências e os novos saberes requerem revisão para contribuir com o processo de reparação histórica.

Como o Brasil tem a segunda maior população negra fora da África, é fato que parte significativa desses sujeitos negros e negras não conhece suas origens étnicas. Por isso, é preciso refletir os processos educativos, raciais e culturais do Brasil que, historicamente, não se preocuparam em construir uma sociedade voltada para o reconhecimento e respeito às diversidades culturais, voltadas para práticas antirracistas e que visem reparações históricas. (BRASIL, 2006, p.9)

Nesse sentido, estudar a História da África para a compreensão da história do Brasil é fundamental pois para entender o país se faz necessário estudar os povos formadores dessa identidade, levando além da questão de entender quem somos, acontece que nas duas últimas década ocorrem mudanças na legislação que obrigam o estudo da África e da cultura na escolas, para assim ter como base os acontecimentos culturais que se manifestam nas formas da discriminação, trabalho

escravo, racismo e a grava desigualdade existente que ainda permanece em nossa sociedade.

Munanga (2005) chama a responsabilidade dos/as educadores/as estarem combatendo práticas racistas, apontando que um meio para que isso ocorra é trazendo o protagonismo do povo negro. Comungando com esse pensamento, Silva (2011) ressalta a importância dos/as docentes no combate ao racismo, desconstruindo estereótipos presentes a figura do negro. Dessa forma quando uma ação reflexiva transcende a racionalidade técnica e se fundamenta na intuição, emoção e paixão, sustentadas pela sensibilidade para identificar situações novas e originais (ZEICHNER, 1993)

A população brasileira é composta em quase sua maioria por uma população negra, convivendo com ideologias, desigualdades e estereótipos racistas desde o primeiro momento em que foram sequestrados e forçados a trabalhar na América. Logo toda o modelo da nossa sociedade permeia um imaginário étnico-racial que privilegia a branquidão e valoriza as raízes europeias da nossa cultura, desvalorizando as outras como a africana, a indígena, por isso a necessidade de se observar a formação inicial e continuada dos professores, além da formação na área específica de atuação, para que recebam a formação que os capacite a compreender as questões sobre diversidade étnico-racial, as trabalhar de forma positiva criando estratégias pedagógicas. Conforme aponta Maia e Farias (2020, p. 578): “o conhecimento advindo da Europa sempre foi considerado o correto, científico, racional e superior, enquanto toda a produção advinda de outra origem geográfica foi configurada como inferior e não racional”.

A educação brasileira reflete uma perspectiva eurocêntrica na construção do conhecimento, que remonta à época da colonização da América Latina. Durante o processo de redemocratização, essa abordagem ocultou e marginalizou diversos grupos da sociedade, negando-lhes participação em instituições e políticas públicas capazes de romper com esse modelo dominante. A história dos povos africanos, por exemplo, é frequentemente retratada de forma estereotipada e selvagem, enquanto o eurocentrismo se coloca como o único ponto de vista válido, transmitindo significados e reforçando desigualdades.

Ainda tem a visão onde Mignolo (2007) destaca que o projeto racista implementado nas colônias objetivava a marginalização e apagamento da cultura, língua e conhecimentos advindos dos povos originários. Se faz necessário entender

que o Brasil assim como a toda a América, possuía culturas e saberes milenares desde antes da chegada dos colonizadores, portanto não foram “descobertos” e sim ocupados, assim como a colonização, o Brasil formou-se por concepções eurocêntricas, o conceito de “nação” foi uma construção europeia.

4 O GENOCÍDIO DO CONGO E O ESQUECIMENTO DA HISTÓRIA AFRICANA: razões e impactos em nossa educação

A África é um continente ocupado por diversas etnias e sociedades e estas estão sob diversas formas representadas no Brasil, incluindo o Congo, por suas fortes raízes, sendo um país que possui o maior número de pessoas negras fora do continente africano. Contudo os conteúdos escolares no Brasil não representam a realidade e por muitas vezes a verdade, ou seja, a história que aprendemos é europeia em sua totalidade e exclui diversos personagens negros que foram históricos e fundamentais na formação da sociedade brasileira, deixando a África sub estudada.

A estrutura do currículo por décadas mostrava como o centro de debates é sempre a Europa, mas nos últimos anos em virtudes de constantes lutas de movimentos sociais organizados fez surgir a Lei nº. 10.639/2003 e posteriormente a nº. 11.645/2008, que busca corrigir a distorção no conteúdo didático e representar de forma mais positiva a contribuição de camadas sociais que eram ocultadas das escolas, dessa forma torna-se obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, nas instituições escolares.

Segundo Quijano (2005):

Esse resultado da história do poder colonial teve duas implicações decisivas. A primeira é óbvia: todos aqueles povos foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda é, talvez, menos óbvia, mas não menos decisiva: sua nova identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. Daí em diante não seriam mais nada que raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores. (QUIJANO, 2005, p. 249)

Devido a composição eurocêntrica na educação todos os conhecimentos tradicionais oriundos dos povos originários não faziam parte da composição escolar, assim sequestrando conhecimentos específicos das sociedades e subjugados tantos outros, resultando em um apagamento quando comparados àqueles impostos pelos colonizadores. Os países europeus, sobretudo os da porção ocidental, entendem-se como centrais no desenvolvimento mundial, com a narrativa de “descobrir” novos lugares e disseminar a cultura euro-cristã enquanto verdade absoluta.

Menosprezando, desprezando e/ou desconsiderando as contribuições históricas, culturais e tecnológicas de todas as civilizações antigas e anteriores à heleno-românica (Egípcios, Olmecas, Maias, Astecas, Indus, Árabes), como se a

Europa exercesse um protagonismo exclusivo na história das civilizações humanas de todos os tempos.

Para se ter ideia, a primeira aula no Colégio Pedro II, que foi criado pelo decreto de 2 de dezembro de 1837, onde converteu em escola de instrução secundária o Seminário de São Joaquim, criado em 1739 com o nome de Colégio dos Órfãos de São Pedro, destinado a receber e dar instrução primária a órfãos e meninos desvalidos (MOACYR, 1936, p. 195), essas primeiras escolas que surgiram pretendiam atender somente as necessidades das elites, restringindo o acesso a classes sociais mais baixas.

Apesar da injusta situação da escravidão e do despojamento dos indivíduos escravizados, da política de separação de famílias e dos grupos étnicos, os africanos e os afrodescendentes deram uma contribuição fundamental para a cultura brasileira. A visão de mundo, a religiosidade, a música, a dança, a vestimenta, a culinária dos escravos resistiram aos séculos de opressão durante o período da Colônia e do Império. A forma de ser brasileiro foi totalmente impregnada pelas contribuições africanas. (BENJAMIM, 2008, p. 241)

Assim podemos considerar que a influência eurocêntrica na educação, impacta na falta de estudo sobre o Congo nas escolas e conseqüentemente refletindo no currículo educacional que tem sido moldado por uma perspectiva europeia, enfatizando eventos e figuras históricas relacionadas à Europa. Isso levou a uma negligência sistemática em relação a outras partes do mundo, como o Congo, cuja história e impacto global são frequentemente subestimados ou ignorados.

Dessa forma a educação precisar ser antirracista e possibilitará o combate ao racismo, o que impactará na progressão escolar de alunos negros e negras, e combate na evasão escolar, é fundamental voltarmos para uma educação que fale de nós mesmos, em que os educandos possam se identificar enquanto sujeitos pertencentes a um lugar, uma história. A escola passa a ser um espaço que terá algum sentido para esses jovens e adolescentes.

Sendo assim, a educação é um espaço de construção de saberes individuais e coletivos. Ao invés de perguntarmos sobre que escola queremos, podemos pensar que escola estamos construindo, e observar as mudanças ocorridas durante o século XXI, e no período da globalização. Precisamos ter uma visão ampla das construções dos conhecimentos, pois a escola durante o século XXI será a escola de construção de memórias. (SANTANA; SANTOS, 2020, pg. 87)

O desconhecimento sobre a história do Congo sob a dominação de Leopoldo II pode ser atribuído à falta de informações e recursos disponíveis nas instituições educacionais brasileiras. Livros didáticos e materiais de estudo muitas vezes não abordam adequadamente essa temática, deixando os estudantes sem acesso a informações essenciais. Além disso, a mídia e os meios de comunicação muitas vezes também falham em destacar a importância desse período histórico.

[...] a escola pública, ao contrário, existe exatamente para todos. Ela é uma fonte de comunhão, um centro de aprendizagem, de respeito pelas crenças alheias, precisamente porque é aberta para todos. Nela não há ricos ou pobres, católicos, protestantes ou ateus, pretos, brancos ou amarelos, filhos de imigrantes recém-chegados ou filhos de aristocráticas famílias tradicionais: nela há apenas seres humanos, pessoas ou projetos de pessoas (BARROS, 1960, p. 119)

A discussão e a inclusão da diversidade cultural e étnico-racial na formação de professores(as) participam desse processo tenso. Dentro de contexto mais amplo, o enfoque específico sobre o segmento negro da população enfrenta uma situação, no mínimo, peculiar: os(a) próprios(as) formadores(as) de professores(as) revelam total desconhecimento sobre os processos educativos implementados pela comunidade negra, bem como sobre as diferentes formas e níveis de inserção dos negros na educação escolar, ao longo da história da educação brasileira. Processos que não são uniformes e sofrem variações no tempo e no espaço (GOMES, 2012, p. 98).

A ausência da formação de professores sobre os processos educativos voltados para as necessidades da comunidade negra e a falta de diálogo nas escolas sobre as formas e a inserção dos negros na educação escolar ao longo da história da educação brasileira é o resultado da estrutura racista presente na sociedade brasileira, que por décadas excluí-o da formação escolar a contribuição e a perspectiva culturais das negras e negros durante a história do país. O ensino eurocêntrico coloca a história branca em maior prestígio em relação as histórias africanas, afro-brasileiras e dos povos originários, a construção desse paradigma propiciou o fortalecimento de raízes profundas de racismo no Brasil, dessa forma a ausência da diversidade de referenciais na educação brasileira que não refletem a composição real população que tem contribuído para a alastramento do racismo e da discriminação na sociedade.

A unilateralidade da história em detrimento do silenciamento da africana, afro-brasileira e dos povos originários reforçou estereótipos e preconceitos que ainda perduram na sociedade numa lacuna na qual as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, podem ofertar novos referenciais e assim, reescrever a história brasileira ao ofertar para as novas gerações de educadores e educandos e aos que estão em sala de aula aprofundar em novos temas que antes não era disponível.

Essas leis foram criadas com um dos objetivos para ampliar a percepção com relação à pluralidade de culturas, etnias em paralelo aprofunda-se sobre os saberes dos povos originários, africanos e afro diaspóricos, envolve rever tudo que fomos ensinados durante a escola e está disposto a aprender sobre outros aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira.

Os parágrafos da lei nº 10.639/2003 definem:

§ 1o - O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil;

§ 2o - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003)

O movimento negro foi fundamental para a conquista dos direitos que estavam sendo negados por décadas, pois foi um dos primeiros grandes movimentos sociais organizados que lutou para coibir ameaças ou discriminação e também para que se tivesse mais acesso da população negra ao ensino superior e assim participar ativamente das políticas públicas que os favoreçam a saúde, educação, moradia, etc.

A implementação da Lei nº 10.639/03 depende não apenas de ações e políticas intersetoriais, articulação com a comunidade e com os movimentos sociais, mudança nos currículos das Licenciaturas e da Pedagogia, mas também de regulamentação e normatização no âmbito estadual e municipal, de formação inicial, continuada e serviço dos profissionais da educação e gestores (as) do sistema de ensino e das escolas (GOMES, 2011, p. 24)

As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 têm foco na educação e estabelecem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, bem como dos povos originários, no currículo escolar de todas as escolas do Brasil.

Aprovada em 2003, a Lei nº 10.639/2003 foi a primeira a estabelecer essa obrigatoriedade, levando as escolas a incluírem em seus currículos a história dos povos africanos e sua contribuição para a formação da cultura brasileira. No entanto, a implementação dessa lei evidenciou a necessidade de adotar uma série de políticas que envolvessem o campo educacional e a sociedade em geral.

Com relação Lei nº 11.645/2008, aprovada em 2008, ampliou a obrigatoriedade ao incluir o ensino da história e cultura dos povos originários. Tanto as escolas públicas quanto as particularidades passaram a ser obrigadas a incluir em seus currículos o estudo da história e cultura dos povos indígenas, além da cultura afro-brasileira e africana. Essas leis foram formuladas com o objetivo de promover a valorização da diversidade cultural e étnica do Brasil, combatendo o racismo e o preconceito desde o ambiente escolar, para construir uma sociedade mais justa e diversa.

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas também destaca a importância de diferenciar as escolas indígenas das demais escolas do sistema, enfatizando o respeito à diversidade cultural e à língua materna, bem como a interculturalidade (BRASIL, 1998, p. 5)

Quando criança, fui ensinada que a população negra havia sido escrava e ponto, como se não tivesse existido uma vida anterior nas regiões de onde essas pessoas foram tiradas a força. Disseram-me que a população negra era passiva e que “aceitou” a escravidão sem resistência. Também contaram que a princesa Isabel foi sua grande redentora. [...] O que não me contaram é que o Quilombo dos Palmares, na serra da Barriga, em Alagoas, perdurou por mais de um século, e que se organizaram vários levantes como forma de resistência à escravidão, como a Revolta dos Malês e a Revolta da Chibata. Com o tempo, compreendi que a população negra havia sido escravizada, e não era escrava - palavra que denota que essa seria uma condição natural, ocultando que esse grupo foi colocado ali pela ação de outrem (RIBEIRO, 2019, p. 5).

O ensino da história da população negra no Brasil ainda possui uma visão limitada e distorcida dos fatos e oculta personagens negros históricos que foram fundamentais para a defesa de direitos, a escravidão foi um dos capítulos mais violentos da história brasileira e que teve consequências profundas na vida de milhões de pessoas mesmo séculos depois do processo de abolição.

Destaca-se que a população negra não foi passiva diante da escravidão, havendo formas de resistência que foram expressas de diferentes maneiras ao longo dos séculos, com revoltas e fugas dos escravizados, com diversas formas de organização e resistência até a luta por direitos civis e a igualdade racial no Brasil no

período mais recente, os povos negros sempre se posicionou ativamente contra a escravização e apagamento de sua cultura.

A educação com qualidade é fundamental para promover a valorização da diversidade cultural e para construir uma sociedade menos racistas, nesse ponto a discussão sobre a inclusão da diversidade cultural e étnico-racial na formação de professores. Nesse sentido, considera-se, como um ponto de partida dessa reflexão, a visão de Lopes (1996 apud PRADO, 2002, p. 14) de que “Em sala de aula é preciso questionar as práticas discursivas que silenciam a voz de quem é diferente, inclusive desmascarando as formas discursivas que a constroem. Se esses processos são construídos através do discurso, eles podem ser também destruídos e reescritos através da linguagem”

As leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 são importantes instrumentos para oferecer referências aos professores e alunos que permitam a ressignificação da história e da cultura brasileira e ao incluir a diversidade cultural e étnico-racial ampliar-se o repertório dos estudantes, para isso se faz fundamental a formação dos professores que contemple a inclusão da diversidade cultural e étnico-racial na educação para o combate ao racismo estrutural que afeta a população negra e outras minorias étnicas, dificultando a ascensão para cargos de liderança e poder.

4.1 Congo: uma história que faz parte de nossa formação e deve fazer parte de nossa educação

A relação do Congo com o Brasil é histórica e possui muitos laços culturais, ambos os territórios tiveram seu primeiro contato com a Europa, através dos portugueses que na época buscavam ampliar seu território afim de aumentar suas riquezas. O Congo ao qual estamos analisando é atualmente a República Democrática do Congo um país localizado na África central sendo uma colônia belga até 1960 e de onde eram sequestrados congolês para servi de mão de obra escrava, eles fazem parte de outros milhões de africanos que foram trazidos ao Brasil durante o período da escravidão.

A ânsia por escravos viciou todo o diálogo entre o Congo e os portugueses. Ao exportar gente, aquele país perdia mão de obra. E cada vez mais, pois, se na terceira década do século XVI, saía pelo porto de Pinda, entre dois mil e três mil escravos por ano, na quarta, o número aumentara para entre quatro mil e cinco mil, e em 1548, atingia os seis ou sete mil. (SILVA, 1998. p, 379).

Importante destacar que os portugueses ao chegarem nas margens do Zaire por volta de 1482, encontram ali sociedades que viviam em pequenas cidades e com poderes locais em conflitos com outros grupos, possuindo exércitos e preparados. Segundo Leslie Bethell (2002) houve um aumento no tráfico de escravos da região do Congo-Angola, principalmente para o Rio de Janeiro no século XIX, e é um dos primeiros a apresentar os portos de Cabinda e Ambriz e os vincular ao tráfico para o Brasil no século XIX.

A grande bacia hidrográfica do rio Congo foi o espaço geográfico de origem de um número significativo de grupos étnicos Bantus que foram trazidos para a formação do território brasileiro ao longo de quase quatro séculos. Segundo Castro (2008) uma relevante estimativa recente destaca que dos quatro milhões de indivíduos transplantados da África Sub-Sahariana para o trabalho escravizado no Brasil, 75 por cento foram trazidos do mundo Bantu falante, de territórios situados atualmente em Angola e nos Congo

Segundo Valéria (2006) a Cultura congrega conhecimentos, artes, moral, leis, costumes, aptidões, hábitos adquiridos, herança cultural, tradição social, toda e qualquer necessidade básica como resposta ao ambiente, expressa modo de vida, povo, ocupação, territorialidade, instituições, linguagem, instrumentos, serviços e sentimentos.

Os congoleses escravizados trouxeram para o Brasil consigo assim como outros povos suas tradições culturais, religiões e línguas misturando-se com as tradições e culturas indígenas e europeia presentes no Brasil dando forma a diferentes expressões culturais além da música, dança e a culinária. Segundo Moura (1983, p. 140), a contribuição do negro foi das mais substantivas e significativas ao desenvolvimento de nossa própria cultura. Aduz ainda que a contribuição “[...] não foi morta, nem insignificante, nem periférica, nem inferior e não é folclórica. Foi e continua sendo – durante a escravidão como agora – uma cultura de resistência dos oprimidos no Brasil”.

A maior parte dos africanos trazidos para o Brasil veio da África Atlântica, ou seja, da parte ocidental e centro ocidental, destacando-se dois grandes grupos, segundo as suas procedências e características culturais e linguísticas: sudaneses e bantos. Sudaneses oriundos da África Ocidental, Sudão e da Costa da Guiné, trazidos principalmente para a Bahia [...] Bantos: oriundos de Angola, Congo, Moçambique e Cambinda (Sul da África) que predominavam no sudeste [...] existindo também em menor escala no Ceará, Maranhão, Pernambuco, Alagoas e litoral do Pará [...] também não se podem esquecer as minorias fulas e mandes (malês), carregado de fortes influências mulçumanas [...] (FARIAS, 2015, p. 27 apud SOUZA; GUASTI, 2018, n.p.)

Farias destaca a origem e distribuição dos africanos trazidos para o Brasil durante o período da escravidão. Segundo a citação, a maior parte desses africanos veio da África Atlântica, mais especificamente da região ocidental e centro-ocidental. Esses indivíduos eram classificados em dois grandes grupos, sudaneses e bantos, que diferiam em termos de procedência, características culturais e linguísticas.

Os sudaneses, originários da África Ocidental, Sudão e Costa da Guiné, foram trazidos principalmente para a Bahia, evidenciando a importância dessa região na história da escravidão no Brasil. Com relação aos bantos, provenientes de Angola, Congo, Moçambique e Cambinda, predominavam no sudeste do país, embora também estivessem presentes em menor escala em outras áreas, como Ceará, Maranhão, Pernambuco, Alagoas e litoral do Pará.

Santos (2016) aponta que, os escravizados:

Organizavam festas, adornavam os corpos, lembravam suas origens tais como o Rei Congo, congada, música carregada de sofrimento em contraste com os raros momentos de alegria, em que a língua de origem sobressaía no canto.” o autor ainda destaca que o “cruzamento cultural entre estes povos africanos propiciou construção de uma identidade cultural brasileira, ou cultura afro-brasileira [...]. (SANTOS, 2016, p. 219)

Santos (2016) enfatiza como as festas, a música e a preservação das tradições africanas foram meios pelos quais os escravizados encontraram formas de expressar sua cultura, resistência e identidade em meio à dura realidade da escravidão. Essas manifestações culturais são exemplos vivos da resiliência e da capacidade de preservação das raízes africanas mesmo diante de condições adversas. A cultura afro-brasileira, moldada por essas práticas culturais, continua a ser uma parte essencial e vibrante do tecido social brasileiro até os dias de hoje.

Durante o período de escravidão, existiram importantes pontos de relação entre o Brasil e o Congo, um dos foi o tráfico transatlântico de escravos, pois o Brasil foi um dos principais destinos dos africanos escravizados, e uma quantidade significativa desses cativos foi trazida do Congo. A relação era tão próxima que O Manicongo Garcia I (líder do Reino do Congo) enviou vários escravos para os holandeses. Em uma carta para a Companhia das Índias Ocidentais, ele informou que enviou entre 500 e 700 escravos como forma de compensação por despesas que estavam em seu nome. Além disso, em 1645, ele enviou escravos para o Conselho de Recife e mais 200 para Maurício de Nassau. (HEYWOOD, 2009, p. 12)

Em sua obra, Toby Green enfatiza a relevância e de que forma a diplomacia do Reino do Congo se destacava entre os demais reinos ao seu redor, devido principalmente ao fato dela elite ser alfabetizada. Embaixadores do Congo eram frequentemente enviados a Portugal no século XVI e no século XVII para a Holanda e para o Brasil. Os embaixadores da província do Sonho, inclusive, entendiam latim muito bem. (GREEN, 2019, p. 216)

A dinâmica entre os congoleses e os holandeses funcionava em um ambiente de religiões distintas (o Reino do Congo sendo cristão devido às influências portuguesas e as Províncias Baixas sendo calvinistas), se respeitavam mutuamente para se juntarem contra o inimigo comum: os portugueses. Eles tentaram inclusive convencer líderes na região de Luanda que haviam jurado fidelidade aos portugueses para se juntarem a eles, porém tropas brasileiras chegaram para prestar ajuda aos portugueses em 1648, culminando na derrota do Reino do Congo, que foi obrigado a entrar em paz com os portugueses. (GREEN, 2019, p. 217)

Conforme aponta João José Rei os congoleses tiveram participação da revolta dos malês de 1835, “Calcula-se em mil e quinhentos o número de membros desta organização revolucionária...Constata-se a participação de negros de muitas “nações”: iabus, benins, minas, geges, mundubis, tapas, bornus, baribas, grumas, calabares, camarões, congos, cabindas”. (FREITAS,1985, p.73)

Para além das questões escravagistas nesta relação entre a África e o Brasil, temos outras relações que podemos destacar, Segundo Santos (2015) A multicor do Brasil é graças a costumes de outros povos que juntos formaram seu jeito próprio de crer, dançar, comer entre tantos outros hábitos e costumes de acordo com os nossos antepassados nos deixaram como legado.

Segundo Santos (2016) no ambiente da culinária ele considera:

Essa influência foi tanto no modo de preparar e temperar os alimentos como na introdução de novos ingredientes na culinária brasileira. Responsáveis pela alimentação dos senhores brancos e com a necessidade de suprir sua própria demanda, os negros passaram a adaptar seus hábitos culinários aos ingredientes da colônia. Na falta do inhame, usaram a mandioca; carentes das pimentas africanas usaram e abusaram do azeite-de-dendê, que já conheciam da África. O modo africano de cozinhar e temperar incorporou elementos culinários e pratos típicos portugueses e indígenas, transformando as receitas originais e dando forma à cozinha brasileira. (SANTOS, 2016, p. 221)

A história da África faz parte de nossa formação enquanto povo e sociedade por isso merecem nossa atenção ao estudar o continente, pois a influência

da música assim como dança africana é evidente em boa parte da nossa esfera brasileira. Santos (2016, p. 219) destaca: "A arte de cantar e dançar sempre fez parte da alma sofrida dos escravos.

Para os africanos, a música e a dança tinham ligação com o mundo espiritual e poder de comunicação." O samba verdadeiro, por sua vez, era a expressão do lamento do negro, como aponta Santos (2015, p. 50): "Dessa forma, ele lamentava sua vida traduzindo sentimentos que grande parte deles tinha, porém não podiam dizer." O Maracatu, uma dança, ritmo musical e ritual, está relacionado ao sincretismo religioso cristão e às crenças africanas. Sua origem remonta ao estado de Pernambuco. Conforme Silva (2014, p. 30) descreve: "A tradição teve início pela necessidade dos chefes vindos do Congo e de Angola, de expor sua força e seu poder, mesmo com a escravidão."

O sistema educacional funciona como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro – primário, secundário, universitário, o elenco das matérias ensinadas, como se executasse o que havia previsto a frase de Sílvio Romero, constitui um ritual da formalidade e da ostentação das salas da Europa, e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira, no currículo escolar? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? (NASCIMENTO, 2016, p. 113).

O sistema educacional brasileiro tem grande parte de sua estrutura marcada pela discriminação cultural, onde os conteúdos ministrados são baseados em modelos estrangeiros, como o europeu ou americano, apagando outras perspectivas e desvalorizando as culturas africanas e o ensino de sua história, que também fazem parte da sociedade brasileira. A história e a cultura afro-brasileira foram ignoradas nas escolas por muitas décadas, e até mesmo ideias racistas foram reproduzidas em livros didáticos, contribuindo, entre outras coisas, para a persistência do racismo e da discriminação no país.

Moreira (2010, p. 28) considera, ter presente o arco-íris das culturas nas práticas educativas supõem todo um processo de desconstrução de práticas naturalizadas e enraizadas no trabalho docente para sermos educadores (as) capazes de criar maneiras de situar-nos e intervir no dia a dia de nossas escolas e salas de aula. Dessa forma podemos considerar o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira deve ser uma parte integrante e constante do currículo escolar, desde o

ensino básico até o ensino superior. É importante destacar a qualidade dessas aulas, que devem ser abrangentes e completas, abordando diferentes civilizações africanas, seus costumes, tradições, línguas, religiões, artes, ciências e tecnologias. Ao incorporar as histórias e culturas africanas no currículo, reconhecemos a diversidade cultural e étnica do Brasil e promovemos uma educação mais inclusiva e antirracista que valoriza a história de todas as pessoas que contribuíram para a consolidação da sociedade brasileira atual.

A educação das relações Étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e a produção de conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadão quanto pluralidade Étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e negocia objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (BRASIL, 2004).

Questionar e investigar sobre o porquê de pouco estudar sobre uma das maiores atrocidades na África que dizimou milhões de congoleses, faz parte desse processo de aprendizagem e se dá pela necessidade de desmistificar, desnaturalizar e desconstruir visões sobre a história da África e de seus vários povos. A memória africana é parte indiscutível da população brasileira e por esse motivo, dentro outros é fundamental está presente no currículo de todas as escolas o esclarecimento sobre os seus ancestrais.

Gatti (2017) sinaliza sobre a importância dos professores e considera que:

Refletir sobre a formação de professores e construir caminhos que viabilizem a transformação do cenário atual das ações educacionais que se concretizam nas salas de aula na educação básica, demanda levar em conta a interação e a intersecção de múltiplas condições, intrínsecas a essa formação, considerando os novos movimentos societários que se mostram no mundo contemporâneo, com suas conseqüências, tendo no horizonte as lutas por dignidade social por parte de vários segmentos populacionais, e a meta de se conseguir equidade quanto ao usufruto de bens sociais e educacionais. (GATTI, 2017, p. 734).

O sistema educacional pode atuar sobre diversas perspectivas, uma delas é como um aparato de controle, perpetuando a discriminação cultural e reforçando o domínio de grupos dominantes sobre outros. Isso pode acontecer quando o currículo escolar é baseado em modelos estrangeiros que não levam em conta a diversidade cultural e étnica do país e ignoram ou marginalizam a história e a cultura de alguns grupos, como afro-brasileiros, indígenas e outras minorias. A falta de diversidade nos departamentos educacionais e a falta de políticas inclusivas na escola contribuem para perpetuar a discriminação e o preconceito.

Há também professores que não se manifestam e outros que se dedicam apenas a algumas atividades e projetos restritos ao mês da Consciência Negra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2011) clama aos professores/as no combate ao racismo, pois, o ensino está impregnado de ismos, machismo, racismo, entre outros. Os professores que lutam por uma sociedade democrática e igualitária evidentemente estão empenhados em trabalhar a educação das relações étnico-raciais por meio da cultura e história dos afro-brasileiros e africanos, bem como dos povos indígenas durante todo o ano. (PINA, 2017).

Para superar o racismo, é necessário combater visões, práticas e representações racistas em todos os espaços sociais, incluindo a escola. Por isso, a educação sobre as relações raciais e étnicas e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária devem ser incentivadas pelo Estado como política de desenvolvimento educacional. As escolas e os professores devem estar abertos ao diálogo e ouvir as necessidades e perspectivas das comunidades negras e indígenas. Valorizar e respeitar a diversidade racial e étnica deve ser uma prática diária, já que a escola é um lugar privilegiado para enfrentar o racismo.

A escola é um lugar privilegiado para enfrentar o racismo, mas para isso é preciso combater, sem concessões, as visões, práticas e representações racistas em todos os espaços sociais. A formação de professores e seus princípios são essenciais para o avanço da educação sobre as relações raciais e étnicas, e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Potencializar estratégias antirracistas na escola, em todos os níveis e etapas formativas, é fundamental para desnaturalizar e desconstruir os ideais de branquitude, desde a Educação Infantil, haja vista que, “nesse início de vida, a família e a escola serão os mediadores primordiais, apresentando/significando o mundo social” (CAVALLEIRO, 1998, p. 19).

Uma pesquisa intitulada "Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar", realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em 2009, mostrou-se que 99,3% das pessoas entrevistadas explicitavam algum tipo de preconceito na escola. E os grupos mais passíveis de sofrerem preconceito eram aqueles de pessoas com deficiência (96,5%) e pessoas negras (94,2%) (CALADO, 2013), a escola também pode ser um espaço de (re)produção do racismo, em conflito com a ideia de acolhimento e aprendizagem, por isso a escola como um todo esteja engajada nesse processo, criando um ambiente inclusivo e acolhedor em uma fase

fundamental do desenvolvimento humano. A escola pode promover atividades que envolvam as famílias e a comunidade para fortalecer a conscientização e a luta contra o racismo.

Nas Américas os africanos eram proibidos de pensar, rezar ou de praticar suas cosmologias, conhecimentos e visão de mundo. Estavam submetidos a um regime de racismo epistêmico que proibia a produção autônoma de conhecimento. A inferioridade epistêmica foi um argumento crucial, utilizado para proclamar uma inferioridade social biológica, abaixo da linha da humanidade. A ideia racista preponderante no século XVI era a de “falta de inteligência” dos negros, expressa no século XX como “os negros apresentam o mais baixo coeficiente de inteligência”. (GROSFUGUEL, 2016, p. 40).

O sistema educacional deve estar atento aos aspectos estruturais que possam contribuir para a perpetuação do racismo e da discriminação o que inclui rever e atualizar os currículos escolares para incluir de forma significativa a história e a cultura afro-brasileira e indígena para que promova uma reflexão sobre a própria estrutura e dinâmica institucional, a escola reproduz práticas discriminatórias sem perceber, como a exclusão de alunos negros e indígenas em atividades extracurriculares ou a falta de representatividade desses grupos nas imagens e materiais didáticos utilizados em sala de aula.

[...] trata-se de propor como desafio a busca por novas formas de narrar – nos contextos acadêmicos e educacionais – a presença dos africanos no Brasil, bem como a sua história e origem. Essas formas de narrar devem, também, estar articuladas a novas representações imagéticas, em busca de uma ressignificação da nossa memória colonial verbal e visual. (FERNANDES; SEVERO, 2016, p.408)

A citação apresentada de Fernandes e Severo (2016) destaca a importância de buscar novas formas de narrar a presença dos africanos no Brasil, bem como sua história e origem, especialmente nos contextos acadêmicos e educacionais. A necessidade de explorar essas narrativas de maneiras inovadoras está ligada a um objetivo mais amplo de ressignificar a memória colonial verbal e visual do país, A potencialização de estratégias antirracistas na escola é uma ação importante para garantir uma educação inclusiva e comprometida com a luta contra o racismo, a potencialização de estratégias antirracistas na escola é importante para formar cidadãos, o combate ao racismo e à discriminação deve ser uma prática constante, e a escola pode desempenhar um papel fundamental na construção de uma sociedade justa e igualitária.

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam a todos respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (BRASIL, 2004, p. 01)

Ao aprender sobre a história de diferentes culturas e grupos étnicos como os congolezes, os estudantes têm a oportunidade de compreender e valorizar a diversidade cultural e étnica, reconhecendo a riqueza e complexidade das sociedades humanas rompendo com os estereótipos reproduzidos, a educação histórica pode ajudar a desmistificar o racismo e suas práticas preconceituosas que se formaram ao longo do tempo, fornecendo uma nova perspectiva sobre a história e o papel dos diferentes povos no mundo ao longo do tempo, o racismo é uma construção social e histórica, que se originou a partir de ideias e práticas discriminatórias criadas para justificar a opressão e a exploração de determinados grupos étnicos.

Segundo Moore (2007), as diretrizes Curriculares Nacionais estipulam certas determinações de conteúdo para o ensino de história. Essas determinações não apenas estão ausentes nas formações iniciais dos professores, mas também exigem uma reorientação epistemológica na interpretação da história:

Em História da África, tratada em perspectiva positiva, não só de denúncia da miséria e discriminações que atingem o continente, nos tópicos pertinentes se fará articuladamente com a história dos afrodescendentes no Brasil e serão abordados temas relativos: - ao papel dos anciãos e dos griots como guardiões da memória histórica; - à história da ancestralidade e religiosidade africana; - aos núbios e aos egípcios, como civilizações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade; - às civilizações e organizações políticas pré-coloniais, como os reinos do Mali, do Congo e do Zimbábwe; - ao tráfico e à escravidão do ponto de vista dos escravizados; - ao papel dos europeus, dos asiáticos e também de africanos no tráfico; - à ocupação colonial na perspectiva dos africanos; - às lutas pela independência política dos países africanos; - às ações em prol da união africana em nossos dias, bem como o papel da União Africana para tanto; - às relações entre as culturas e as histórias dos povos do continente africano e os da diáspora; - à formação compulsória da diáspora, vida e existência cultural e histórica dos africanos e seus descendentes fora da África; - à diversidade da diáspora, hoje, nas Américas, Caribe, Europa, Ásia; - aos acordos políticos, econômicos, educacionais e culturais entre África, Brasil e outros países da diáspora. (BRASIL, 2004, p. 12)

O ensino de História pode ajudar a revelar essas estruturas de poder e mostrar como elas afetaram a vida de milhões de pessoas ao longo da história. Portanto, o ensino de História mais completo e inclusivo é uma ferramenta essencial

para a construção de uma sociedade plural. Assim com uma educação antirracista o ensino sobre a história de diferentes povos do mundo como os africanos e suas sociedades, os estudantes são incentivados a desenvolver habilidades que podem ajudá-los a reconhecer e combater o racismo e outras formas de discriminação.

O racismo epistêmico refere-se a uma hierarquia de dominação colonial por meio da qual o conhecimento produzido por sujeitos ocidentais (imperialistas e oprimidos) na zona do ser é considerado a priori como superior ao conhecimento produzido por sujeitos coloniais não-ocidentais na zona do não-ser [...], considerado universal e válido para todos os contextos e situações do mundo. (GROSGUÉL, 2011, p. 102,).

A Educação Antirracista implica uma reavaliação completa da organização do trabalho pedagógico, do currículo escolar e das relações interpessoais e de poder, tanto no contexto social quanto no escolar. Seu objetivo é promover a igualdade e o respeito à diversidade étnico-racial, combatendo o racismo e contribuindo para a desconstrução do mito da democracia racial brasileira. Conforme Troyna e Carrington (1990) considera:

Educação antirracista refere-se a uma vasta variedade de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas com o objetivo de promover a igualdade racial e para eliminar formas de discriminação e opressão, tanto individual como institucional. Essas reformas envolvem uma avaliação tanto do currículo oculto como do currículo formal. (TROYNA; CARRINGTON, 1990, p. 1).

A autora Silva (2004) destaca a relevância de abordar as histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas, ao propor medidas para a prática docente e o combate ao racismo. Essas medidas incluem o estabelecimento de novas relações entre indivíduos negros e brancos, a redefinição política dos conceitos de raça e etnia, a superação do eurocentrismo por meio de discussões envolvendo toda a comunidade escolar, e o reconhecimento da importância da interculturalidade nesse processo (CANDAUI e OLIVEIRA, 2010).

A Educação das Relações étnico-raciais desafia os racismos presentes entre indivíduos de ascendência europeia, negra, indígena, asiática e outras raças e culturas, tanto dentro quanto fora das instituições educacionais. Seu objetivo é fortalecer uma nova sociedade brasileira, destacando a importância de uma reeducação nas interações étnico-raciais. Isso implica no estabelecimento de relações respeitadas e harmoniosas em relação à diversidade racial, livre de preconceitos e

discriminações raciais e culturais. Através desse processo, busca-se promover maior igualdade racial e alcançar a justiça social para todos no país.

Segundo Carvalho (2003), após a abolição da escravidão no Brasil, os libertos não receberam acesso a escolas, terras ou empregos. Após o período inicial de liberdade, muitos ex-escravos retornaram às fazendas onde antes trabalhavam, ou às fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por salários baixos. Mesmo décadas após a abolição, os descendentes dos escravos ainda viviam nas fazendas, em condições de vida pouco melhores do que as de seus antepassados escravizados (CARVALHO, 2003, p. 52).

Dessa forma compreendemos que a luta pela libertação da escravidão foi apenas um passo em busca da igualdade social e a luta persistente atualmente por uma educação que possa recompor e corrigir as distorções históricas que os povos negros sofreram, mesmo pós-abolição fazia-se necessário o estabelecimento de projetos para a análise de problemas sociais, econômicos e educacionais para que tivessem possibilidade de mobilidade social, para a retomada de sua história, o fortalecimento das tradições, saberes e a busca da ancestralidade.

Com uma educação antirracista percebe-se que o Brasil e o Congo possuem similaridades e conexões diversas além das questões culturais, coloniais e de exploração dos seus povos nativos, ambos os países possuem em seus territórios as maiores florestas tropicais do mundo, contendo uma diversidade de fauna e flora única nesse planeta. O Brasil possui a Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, enquanto o Congo abriga a Floresta Equatorial do Congo, a segunda maior floresta tropical, além disso ambos os países possuem rios que estão entre os 10 maiores do planeta, logo essas florestas e rios desempenham um papel fundamental na biodiversidade, equilíbrio climático e provisão de recursos naturais na estrutura desses países, uma outra similaridade é que contem imensas riquezas minerais que é palco de disputa até hoje pela potenciais mundiais como minério de ferro, cobre, ouro, diamantes e outros minerais preciosos. Essas riquezas minerais têm desempenhado um papel importante nas economias dos dois países e são temas para debates sobre a exploração sustentável desses recursos por países que os colonizaram décadas atrás em uma tentativa de os silenciar sobre as próprias decisões em seus territórios.

Dessa forma essa monografia faz uma discussão acerca de dois países pertencentes ao chamado ao “Sul Global” aqui compreendidas por uma definição básica construída por Pino (2014):

Expressão cunhada no final da Guerra Fria para fazer referência aos países e às sociedades em desenvolvimento do hemisfério Sul, bem como a outros localizados no hemisfério Norte, que possuem indicadores de desenvolvimento médios e baixos. Estes países são na maioria jovens nações africanas e asiáticas, mas também Estados latino-americanos independentes há mais de dois séculos.” (PINO, 2014, p. 57)

O Sul global é um termo que compreende países como Brasil e Congo que estão em desenvolvimento e possuem uma história interconectada de colonialismo, abuso de sua estrutura social e econômica, esses dois que por séculos foram explorados, atualmente estão assumindo protagonismos mundial no combate a proteção do clima e manutenção da biodiversidade do planeta, o que só se consegue debater com melhor profundidade com uma educação cada vez menos eurocêntrica.

Dado tamanha importância de ambos países em seus respectivos continentes e tantas similaridades ao longo da história se faz necessário a revisão e aprofundamento de suas relações históricas e o ensino da África nas escolas Brasileiras, assim como o destaque sobre o Congo e reflexão sobre o processo de genocídio que foram submetidos os congoleses para que nunca mais em nenhum momento da história futura se faça novamente registro tão perturbadores com os aqui relatados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história está repleta de capítulos sombrios e eventos que nos convidam a refletir sobre a natureza humana. Um desses episódios chocantes foi o período de domínio de Leopoldo II no Congo, no final do século XIX e início do século XX. A importância de estudar e discutir esse fato no Brasil não reside apenas no objetivo de compreender um acontecimento histórico, mas também em tirar lições valiosas sobre os perigos do poder desenfreado, a responsabilidade das nações em suas ações coloniais e a urgência de buscar justiça e reparação diante de atrocidades cometidas.

Conforme os Pesquisadores Serrano e Munanga (1995, p. 35-36) afirmam que: “mesmo a discriminação racial anglo-saxônica, considerada como a mais feroz, nunca produziu tantas leis discriminatórias nem adotou medidas de segregação tão rígidas como a tutela belga”.

Mesmo com novos estudos sobre o assunto é difícil estipular um número exato de mortos durante esse período, contudo alguns estudos realizados à época apontam porcentagens de “perda populacional”. No livro o Fantasma do Rei Leopoldo II, registra que em 1919, uma Comissão Governamental belga estipulou que desde que Stanley começou a implantar o Estado de Leopoldo até aquela presente data, a população havia se reduzido pela metade (50%). Dessa forma levando em consideração uma tentativa de censo feita a partir de 1920, verificou que a população do Congo era cerca de 10 milhões de pessoas, O Congo pode ter perdido um igual contingente populacional. (HOCHSCHILD, 1998). Esse panorama nos aponta para um verdadeiro genocídio praticado pelos atos do regime de Leopoldo.

Leopoldo II, rei da Bélgica, transformou o Congo em sua colônia privada, conhecida como Estado Livre do Congo. Durante seu domínio, uma série de atrocidades inimagináveis ocorreram. Milhões de congolezes foram explorados, submetidos a trabalhos forçados, torturas, mutilações e execuções. A busca desenfreada por marfim e borracha, em nome do lucro e do enriquecimento pessoal, resultou em uma enorme tragédia humanitária.

Contudo sobre esse Fato Histórico no Brasil é ainda pouco conhecido pelos professores e alunos nas escolas. Embora não tenhamos participado diretamente desse episódio histórico, temos a responsabilidade de aprender com ele e examinar as ações de nossos próprios antepassados coloniais. A história do Brasil está repleta de atrocidades cometidas contra povos indígenas, africanos escravizados e outras

populações marginalizadas. Além de muitos escravizados de origem congoleza, a relação entre o Brasil e o Congo, conecta-se também na exploração da borracha, é um aspecto importante para entendermos a história econômica e colonial dos dois países. Embora a exploração da borracha no Brasil tenha sido mais conhecida e documentada, é importante mencionar que essa atividade também desempenhou um papel significativo no Congo durante o período do domínio de Leopoldo II.

No entanto, com o objetivo de diversificar suas fontes de riquezas e garantir o controle sobre a produção de borracha, Leopoldo II expandiu suas atividades no Congo, explorando a mão de obra local e impondo condições extremamente abusivas aos trabalhadores congolezes similares ao que ocorria aqui no Brasil. Mas a voracidade pelas riquezas era sem igual, a busca desenfreada por lucro e a exploração desumana resultaram em um período sombrio da história do Congo, com abusos generalizados e uma enorme tragédia humanitária. No mínimo diante dessas evidências podemos refletir sobre as atrocidades de Leopoldo II no Congo e desenvolver uma consciência crítica e questionar o papel do Brasil, Europa e os EUA em eventos similares.

Além disso, ao estudar as consequências dessas atrocidades, podemos compreender melhor as raízes de muitos problemas enfrentados pelo continente africano atualmente. A exploração desenfreada de recursos, a pilhagem de terras e a devastação cultural deixaram marcas profundas na sociedade congoleza e por toda a África. Ao conhecermos e discutirmos essas questões, podemos ampliar nossa visão sobre as desigualdades globais e refletir sobre a necessidade de justiça e reparação histórica. Esses estudos proporcionam uma oportunidade de refletir sobre a história, a responsabilidade das nações em suas ações coloniais e os perigos do poder desenfreado. Além disso, nos incentiva a questionar as ações de nosso próprio país no passado e a buscar justiça e reparação diante das injustiças históricas

Não devemos esquecer que o estudo desses eventos também tem um papel crucial na promoção dos direitos humanos e na luta contra a impunidade. Ao conhecer as atrocidades cometidas por Leopoldo II, podemos fortalecer nossa capacidade de denunciar abusos contemporâneos e nos solidarizar com vítimas de violações dos direitos humanos ao redor do mundo.

REFERÊNCIAS

- AJAYI, J. F. Ade. **História geral da África**. V.6 – Do século XIX a 1880. São Carlos. Unesco/ UFSCar. 2010.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paul: Companhia das Letras. 1990.
- ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. 2. ed. Brasília. Editora UNB,1989.
- BRASIL. **Resolução nº. 1** de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 mai. 2004.
- BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em: 05 nov. 2017.
- CASTRO, Y. P. **Falares africanos na Bahia**: um vocabulário afro-brasileiro. Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001
- CALADO, Maria da Glória. Escola e enfrentamento do racismo: as experiências das professoras ganhadoras do Prêmio Educar para a Igualdade Racial. 2013. **Tese** (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013
- CAVALLEIRO, Eliane. Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 1998. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. A história africana e os elementos básicos para seu ensino. IN: LIMA, Ivan Costa (Org). **Negros e currículo**. Florianópolis –SC: NEN, 1998. (Pensamento negro em educação, n. 2).
- EDGERTON, Robert B. **Troubled heart Africa History Congo** Ebook. 2002. Disponível em:<https://www.amazon.com/Troubled-Heart-Africa-History-Congoebook/dp/B0051Q188>. Acesso em 23 jan 2023.
- FERRONHA, Antonio Luís. **As cartas do ‘rei’ do Congo d.Afonso**. Elo Ltda. Brasília. 1992.
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 2, n. 2/3, p. 98, 2012. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/127>. Acesso em: 14 fev 2023.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e pesquisa**, v. 29, n. 01, p. 167-182, 2003. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1517-97022003000100012&script=sci_abstract. Acesso em: 10 fev 202.

GOODMAN, J. The Devil and Mr. **Casement**: One Man's Struggle for Human Rights in South America's Heart of Darkness. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2010.

HEGEL, G.W. Friedrich. **Filosofia da História**. Brasília, Editora da UnB, 1999.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**; visita à história contemporânea. São Paulo. Selo Negro Edições. 2005

HENNEN, Gaston. **Belgian Congo and Ruanda-Urundi information and public relations office**. Brussels. 1959. v. I e II.

HOCHSCHILD, Adam. **O Fantasma do Rei Leopoldo**: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KANT, Emmanuel. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime**. Campinas: Papyrus, 1993.

LAUREANO, MA. O ensino de história da África: experiências a partir da sala de aula. In: MACEDO, JR., org. **Desvendando a história da África** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub>. Acesso em 23 jan 2023.

LLOSA, Mario Vargas. **O sonho do celta**. Rio de Janeiro: Objetiva Alfaguara, 2011.
MILANI, Martinho Camargo. Estado Livre do Congo: Imperialismo, a Roedura Geopolítica (1885-1908). **Dissertação** (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo - USP, 2011.

MAIA, E.R.;LIMA JUNIOR, J.F.;PEREIRA, J.S.;ELOI, A.C.;GOMES, C.C.;NOBRE, M.M.F. Validação de metodologias ativas de ensino aprendizagem na promoção da saúde alimentar infantil. **Revista Nutrição**, v. 25, n. 1, 2012.

MELO, Aldina da Silva; BARBOSA, Viviane de Oliveira. **A África no ensino de história no Brasil**. 2011.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina**: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: EditorialGedisa Blackwell Publishing, 2007.

MOACYR, Primitivo. A instrução e o império: subsídios para a história da educação no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. 3v.;18cm. (Biblioteca pedagógica brasileira, Série 5, Brasileira, v.66, 87, 121). Universidade de São Paulo, 2010, Ensino de história hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, v.30, n.60, p.13-33, 2010. Disponível em: <http://producao.usp.br/handle/BDPI/6894>. Acesso em: 22 fev 2023.

NZONGOLA-NTALAJA, G. **The Congo: From Leopold to Kabila: A People's History**. London: Zed Books, 2002.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A história africana nas escolas brasileiras**. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006).. História, São Paulo, 2009.

PINO, B. A. Evolução histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS). In: SOUZA, A. **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. IPEA, 2011.

PUIOL, Leonardo. Congo: como é a vida no país mais pobre do mundo. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/congo-como-e-a-vida-no-pais-mais-pobre-do-mundo-dv4pseomp5qlhs9va8k6o03z9/>. Acesso em: 28 j 2023.
RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SERRANO, Carlos; MUNANGA, Kabengele. **A revolta dos colonizados: o processo de descolonização e as independências da África e da Ásia**. São Paulo: Atual Editora, 1995.

SILVA, Igor Castellano da. As origens históricas do estado congolês. In: **Congo, A Guerra Mundial Africana: Conflitos Armados, Construção do Estado e Alternativas Para a Paz**. Porto Alegre: Editora Leitura XXI/Cebrafrica, 2012.

SILVA, Alberto da Costa e. No reino de Congo e Angola. In_____: **A Manilha e o Limambo de 1500 a 1700**. São Paulo: Nova Fronteira, 1988.

TWAIN, M. “**In Genial Mood: Mark Twain Talks to Newspaper Men. Has Much of Interest to Say on Various Topics. Humorist Reads Some of His Latest Aphorisms**”. Boston Daily Globe, November 6, 1905, 9. Web. 23 July 2011.

VALÉRIA, M. **Conceito e cultura**. 2006. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/ensaios/213055>. Acesso em: 04 mai 2023.